



EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00118/2024

O MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, faz publicizar o presente edital de licitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril, de 2021, e posteriores dispositivos relacionados, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexo, conforme abaixo informado.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

ENDEREÇO DE REALIZAÇÃO: www.portaldecompraspublicas.com.br

DISPUTA DE LANCES: (ABERTO).

INICIO CADASTRO DA PROPOSTA: 17/10/2024, ÀS 17h00min.

LIMITE PARA ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: 28/10/2024, 23:59 HORAS.

LIMITE PARA CADASTRO DA PROPOSTA: 31/10/2024, 08:59 HORAS.

DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO: 31/10/2024, 09:00 HORAS.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução da 2ª etapa da reforma e adequação da sede administrativa da prefeitura municipal de Catingueira-PB, através da emenda federal nº 202412770009 - MINISTÉRIO DA FAZENDA. A presente licitação será realizada na modalidade de concorrência, de acordo com o art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único; todos da Lei nº 14.133/2021, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados, bem como pela oportunidade de descentralização operacional das obras, viabilizando efetividade para concomitância da execução.

1.2. A presente licitação será realizada na modalidade de concorrência, de acordo com o art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único; todos da Lei nº 14.133/2021, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados, bem como pela oportunidade de descentralização operacional das obras, viabilizando efetividade para concomitância da execução.



1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea "(a)", da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações técnicas do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução por **empreitada por preço global**, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

1.5. A sessão virtual da concorrência eletrônica será realizada no endereço e horário descritos no preâmbulo, podendo as propostas e os documentos serem enviados em arquivo formato PDF, observando o horário de Brasília.

2. DA PARTICIPAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, como pessoa jurídica junto ao portal eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, através de chave e senha, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

2.2. Possuir código de atividade empresarial compatível para prestar o objeto desta licitação.

2.3. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no sítio eletrônico ou solicitadas por meio do suporte técnico do www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.4. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

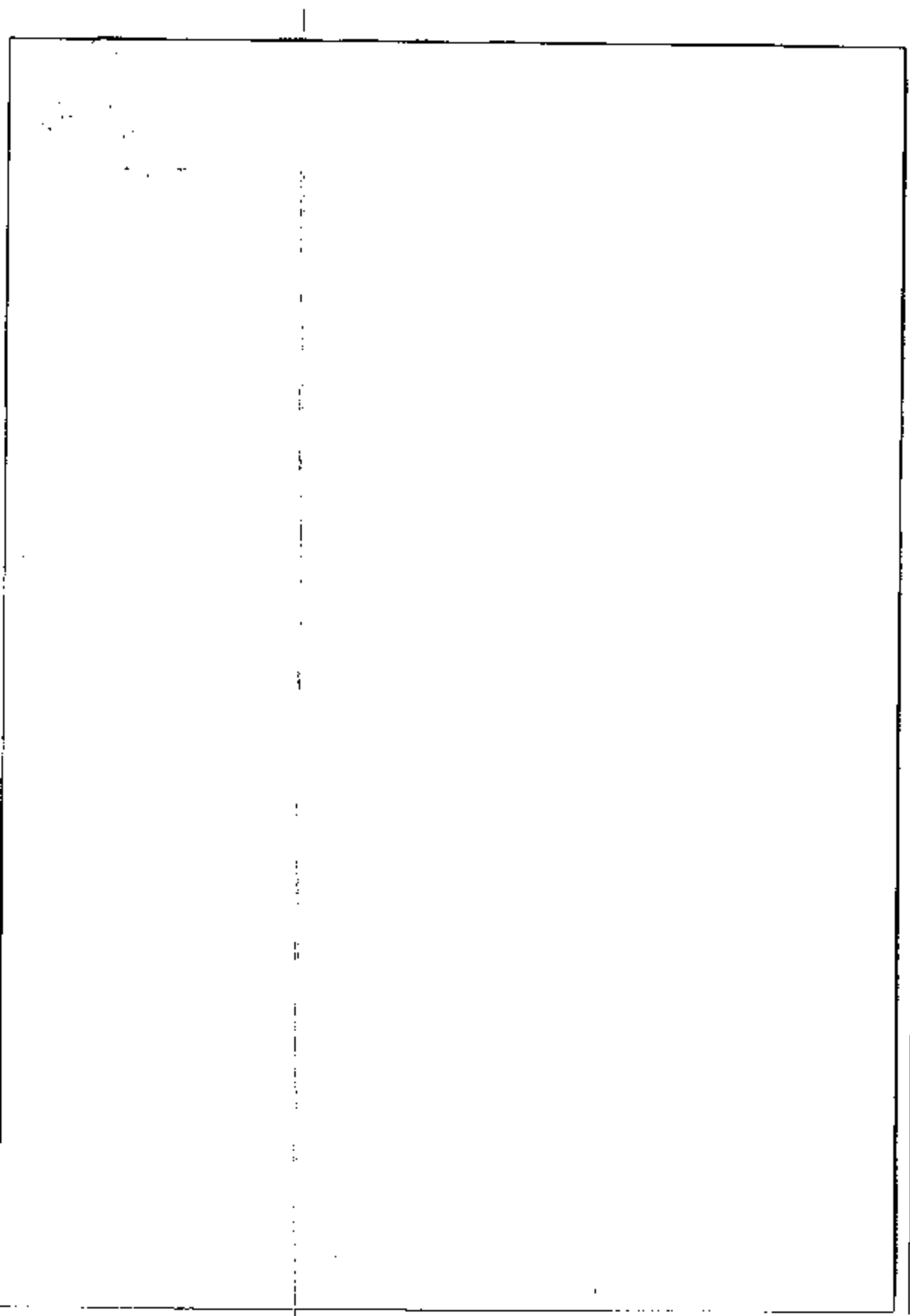
2.4.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.4.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.4.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.4.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da licitação na forma eletrônica, através de cadastro por CNPJ; e

2.4.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse





próprio.

2.5. Poderão participar da presente licitação todos os interessados, com CNPJ do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente os requisitos deste Edital.

2.6. A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido.

2.7. Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior exigido 2.3 e na respectiva legislação supracitada, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo.

2.8. A microempresa e a empresa de pequeno porte e a cooperativa que atender ao item 2.4, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.9. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.10. É de inteira responsabilidade do licitante o cadastro das informações no portaldecompraspublica, em que deverá ser feito o cadastro em nome da empresa participante da licitação.

2.11. A não regularização da documentação, nos prazos fixados nos itens 2.5 e 2.7, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.12. Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo agente de contratação ou pela comissão que coordenar:

2.12.1. Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

2.12.2. Com falência decretada;





- 2.12.3. Consorciada;
- 2.12.4. Suspensa de participar de licitações pela Prefeitura de Catingueira -PB;
- 2.12.5. Em regime de concordata;
- 2.12.6. Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Catingueira;
- 2.12.7. De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável.

3. DOS PRAZOS GERAIS

- 3.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 3.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dias úteis.
- 3.3. A obra, objeto desta licitação, deverá ser efetivada executada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, conforme cronograma, iniciada a contagem a partir da data de emissão da ordem de serviços.
- 3.4. O prazo de vigência do contrato será de até 12 meses, contados de sua assinatura.
- 3.5. No caso de o contrato ultrapassar o exercício sem que a execução da obra tenha se completado, seja por atraso no termo de início ou em razão de eventuais suspensões, deverá a administração atualizar, por meio de apostila e de forma unilateral, as disposições que assim se permitirem, inclusive a própria rubrica orçamentária da lei em vigor.
- 3.6. A Prefeitura Municipal convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, devendo efetivar a avença no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, sob as penas previstas em lei.
- 3.7. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 3.8. O início dos trabalhos deverá ser em até 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento do Termo de Início de Obra, e ordem de serviços, sob pena de aplicação de penalidades.
- 3.9. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste edital e na Lei n.º





14.133/2021.

3.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, não se aplicando tal regra na hipótese do subitem 3.9.1.

3.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 3.7, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.11.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

3.11.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.12. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS:

4.1. A proposta e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do portal eletrônico, www.portaldecompraspublicas.com.br, até a data e horário estabelecidos neste edital, observando os itens deste instrumento.

4.2. O licitante deverá elaborar a proposta de preços mediante planilhas de preço anexa ao edital, sob pena da perda do direito de classificação.

4.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

4.3.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 an 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 01 e 02, deste edital.

4.4. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais

100



e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste Edital, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

4.5. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total dos serviços objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

4.6. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação ou comissão de contratação, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 horas.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Para garantir a condição de habilitação do licitante no presente procedimento, exigir-se-á dos interessados, a apresentação de toda a documentação com data de validade compatível, relativa a:

5.2. Habilitação Jurídica;

5.2.1. Requerimento de empresário ou instrumento de sociedade unipessoal e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, no caso de empresa individual;

5.2.2. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3. Documento com foto do(s) socio(s);

5.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

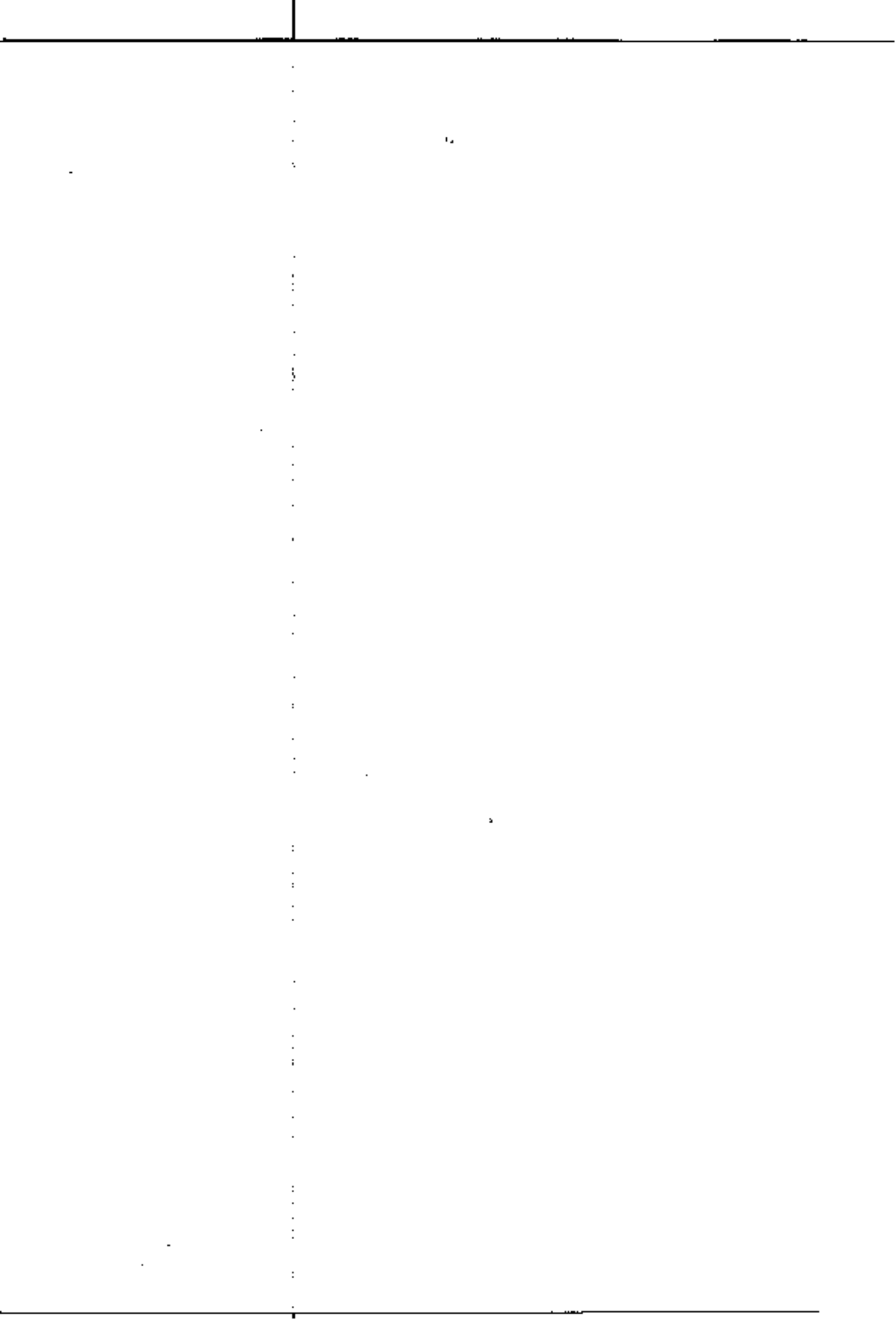
5.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da interessada;

5.3.5. Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada;





5.3.6. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei(CRF/FGTS);

5.3.7. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

5.4. Qualificação Técnica-Profissional e Técnica-Operacional:

5.4.1. Certidão de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/CAU), da pessoa jurídica, comprovando que o responsável técnico está vinculado;

5.4.2. Certidão de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/CAU), da pessoa física (responsável técnico);

5.4.3. Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante, podendo ser:

I) vínculo como sócio ou titular da empresa através do ato constitutivo ou alterações, devidamente registro no órgão competente;

II) como empregado por meio de Carteira de Trabalho (CTPS) devidamente registrada;

III) Contrato de Prestação de Serviços devidamente assinado pelo engenheiro e sócio administrador da empresa; ou

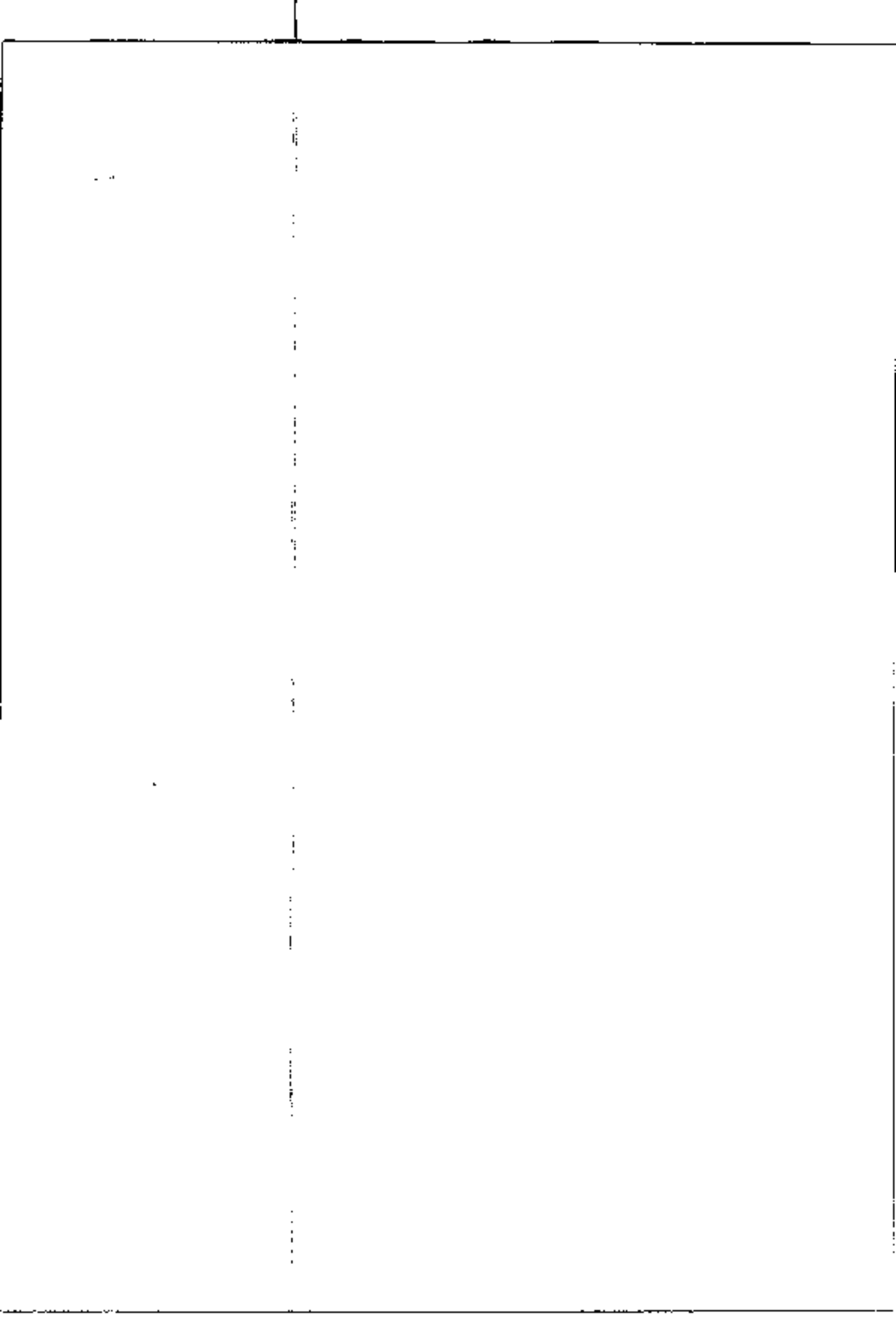
IV) Declaração de comprometimento de vinculação contratual futura, quando a empresa não possuir responsável técnico a tempo da licitação, devidamente assinada pelo engenheiro e sócio da empresa, atendendo as exigências das alíneas "b" e "c".

V) Carteira de Inscrição no órgão de classe do responsável técnico

5.4.4. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL, mediante comprovação de possuir em seu quadro permanente até a data prevista desta licitação, pelo menos 01 (um) atestado, através de engenheiro Civil ou outro profissional com atribuições compatíveis devidamente reconhecido pelo CREA/ CAU, detentores de certidões ou atestados de responsabilidade técnica (ART), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico, expedida e registrada pelo CREA, limitadas exclusivamente às parcelas de maior relevância, acompanhado de documentos comprobatórios emitidos na forma da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de itens de maior relevância a seguir:

Item	Descrição dos Itens
4.1.	PISO EM CONCRETO USINADO 30 MPa E JUNTAS 200x200, REJUNTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA)
5.4	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO - 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO AF 04/2019 -PS
6.1	TELIAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMINIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019
7.7	REVESTIMENTO DE PAREDE COM PEDRA ITACOLÔMY, APLICADA COM ARGAMSSA INDUSTRIALIZADA AC-0, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE RESINA ACRÍLICA.

5.4.5. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto





licitado, acompanhado de documentos comprobatórios emitidos na forma da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de itens de maior relevância, com demonstração da capacidade técnico-operacional de execução, pelo menos 50% do quantitativo, não sendo exigido o registro no CREA, com os itens a seguir:

Item	Descrição dos Itens	Quant
4.1.	PISO EM CONCRETO USINADO 30 MPA E JUNTAS 200x200, REJUNTADO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA)	473,14 m ²
5.1	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO - 1 1/2". EM AÇO GALVANIZADO. AF 06/2019 PS	5,20m
6.1	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO ALUMÍNIO E - 0,5 M ² , COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAMENTO. AF 07/2019	313,75 m ²
7.1	REVESTIMENTO DE PAREDE COM PEDRA ITACOLOMY, APLICADA COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE RESINA ACRÍLICA.	157,41 M ²

- a) Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º da CF de 88. Elabora individualmente e assinada e datada;
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de licitar com a prefeitura municipal de Catingueira-PB;
- c) Declaração de que manterá na obra e/ou serviço como responsável técnico, o profissional indicado no subitem 6.2.3, alínea "c", admitindo-se a substituição por outro de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura de Catingueira-PB. Assinada pelo representante da empresa e o responsável técnico.
- d) Declaração apresentada pelo licitante, declarando que conhece as condições e peculiaridades para contratação.
- e) Declaração da empresa licitante que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.
- f) Declaração da empresa licitante que não possui em seu quadro societário (sócio administrador) servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.
- g) declaração de que atende aos requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, I da Lei 14.133/2021.
- h) Declaração de elaboração independente de proposta.
- i) Declaração de conhecimento do local da execução dos serviços.

5.5. Qualificação Econômico-Financeira

- 5.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 5.5.2. Alvará de Localização e funcionamento.
- 5.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (Demonstrações Resultado de Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas explicativas, índices, termo de abertura e encerramento) dos dois últimos exercícios sociais,

240



registrados na junta comercial ou Autenticação do SPED, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.5.3.1. Comprovação da boa situação financeira mediante apresentação, índices igual ou superior a 1, assinada por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e com timbre da empresa licitante, as demonstrações contábeis abaixo indicadas, calculadas a partir do Balanço Patrimonial resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} - \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} - \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

5.5.3.2. Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo Sped, conforme autoriza o art. 78 A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

5.5.3.3. O balanço patrimonial e demonstração contábeis, comprovando índices de Liquidez Geral - LG, Liquidez Corrente - LC, e Solvência Geral - SG superiores a 1 (um);

5.5.3.4. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo profissional da área contábil e pelo(s) socio(s) da empresa.

5.5.3.5. A pessoa jurídica constituída durante os dois últimos anos deverá apresentar o balanço de abertura.

5.6. Da análise dos documentos:

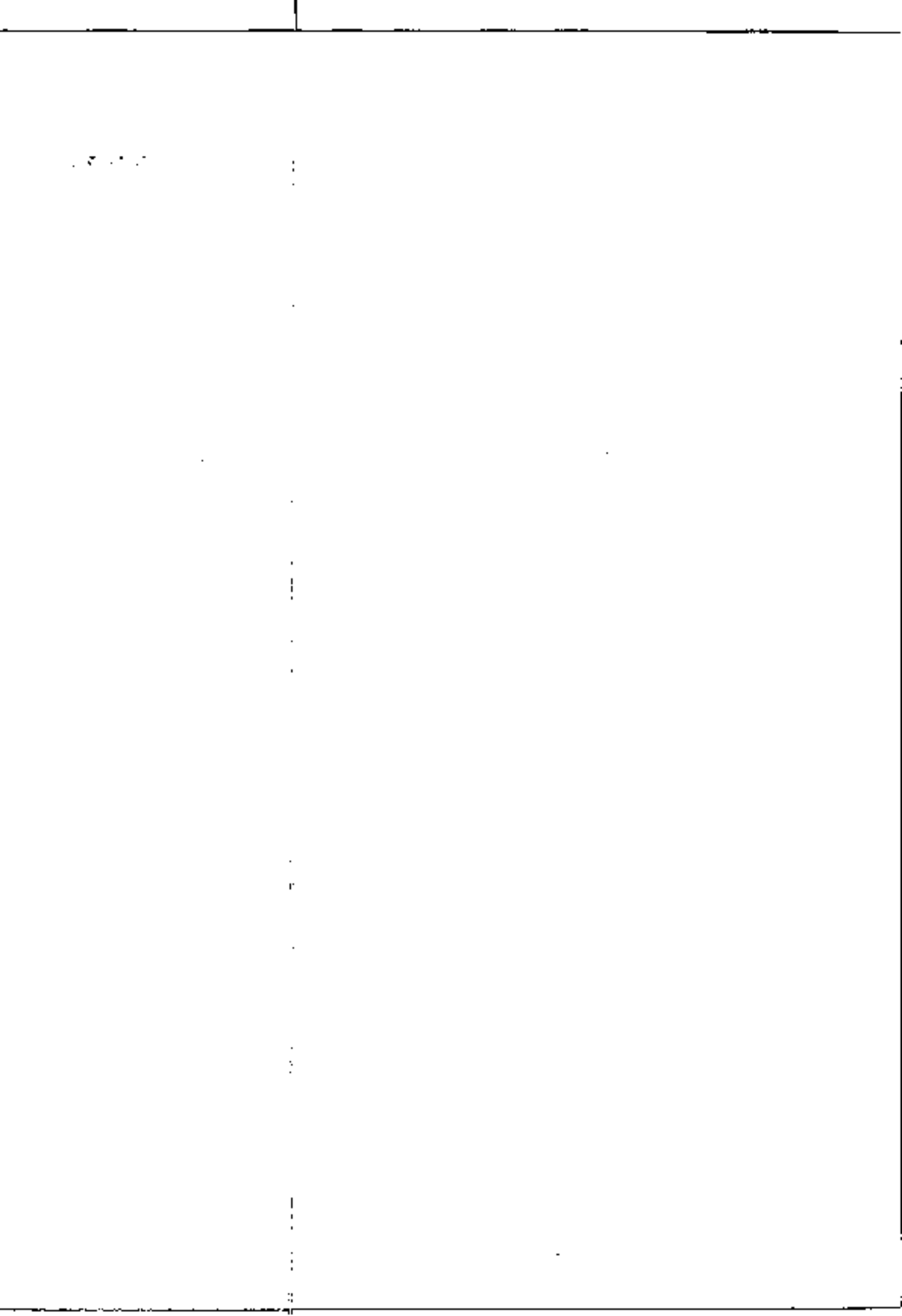
5.7. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados no prazo de até **60 minutos**, mediante convocação pelo agente de contratação, obedecendo ao seguinte:

5.6.1. Em formato original, por qualquer processo de cópia legível em mídia PDF com seu conteúdo em impressão passível de seu conteúdo.

5.7. Será processada a abertura dos documentos de habilitação no sistema apenas do licitante vencedor, exceto quando a licitante não enviar sua documentação, sendo convocado o licitante subsequente.

5.8. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

5.9. Deverá os licitantes emitir declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras





normas específicas.

5.10. Deverão os licitantes, sob pena de desclassificação, emitir declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.11. Após a inserção no sistema dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.13. Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes não só conhecidos após o julgamento.

5.14. A documentação deverá estar em formato PDF, na sequência dos itens acima.

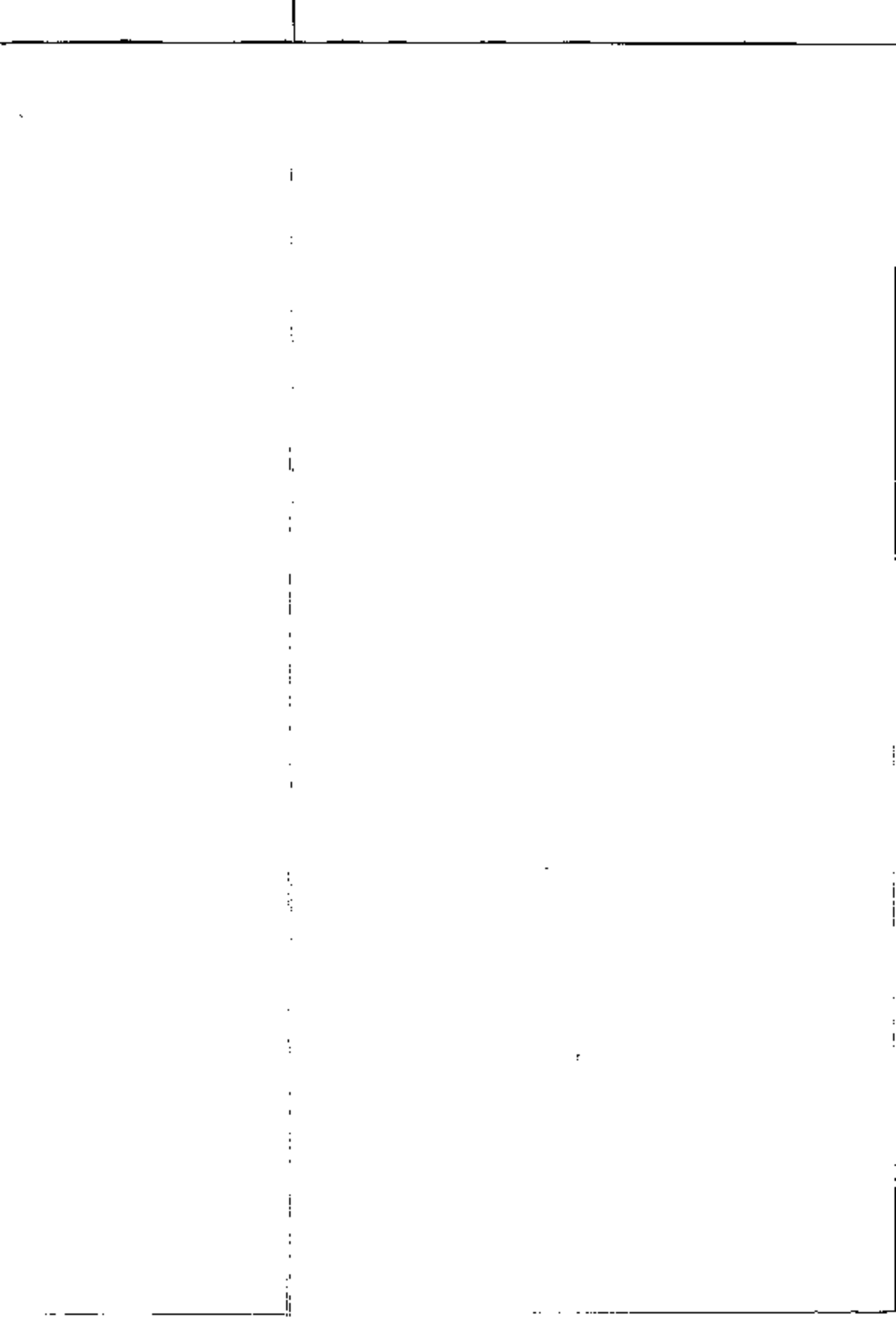
5.15. As declarações deverão estar assinadas, por meio manuscrito ou por certificado digital com chave passível de comprovação, devidamente reconhecida pelo governo federal.

5.16. Durante a análise de documentos, o agente de contratação auxiliado pela equipe de apoio poderão verificar as autenticidades da documentação apresentada, donde ocorrendo alguma ilegalidade poderá considerar como licitante inabilitado.

5.17. Poderá ser consultado o CNPJ no portal CFEIS para fins de verificação. Havendo a comprovação de inidoneidade ou suspensão será declarada inabilitada.

5.6. Como fundamento de habilitação ou inabilitação, o agente de contratação solicitará do engenheiro civil deste município, a análise dos documentos técnicos (CAT e Atestados, Certidões CREA-CAU) para embasamento da decisão do agente de contratação.

5.7. A comprovação de vínculo com o profissional técnico poderá ser demonstrada até o momento de juntada da documentação, não sendo exigido qualquer vínculo com data pretérita, ou





seja, o profissional poderá se vincular a empresa até mesmo horas antes da comprovação da documentação.

6. DA PROPOSTA

6.6. A proposta de preços readequada deverá ser enviada no prazo de até 2 (duas) horas, pelo licitante classificado em primeiro lugar, ou os subsequentes quando o anterior for desclassificado, em formato PDF, em papel timbrado da empresa, assinado pelo responsável técnico e sócio administrador.

6.6.1. O prazo acima poderá ser prorrogado a pedido da licitante.

6.7. No ato da apresentação da proposta, assinada, data e em papel timbrado, a empresa licitante deverá juntar a GARANTIA/CAUÇÃO da proposta como requisito de pre-qualificação de participação na presente licitação, no valor de **R\$ 2.549,22 (dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos)**, nos termos do 58, § 1º da Lei 14.133/21 e suas alterações.

6.7.1. Caberá a empresa optar pelas modalidades: *caução, seguro-garantia, fiança bancária, título de capitalização*.

6.8. Validade da proposta não inferior a sessenta (60) dias de abertura do certame licitatório vertente.

6.9. Proposta/planilha de Preço, em papel timbrado, assinada por responsável técnico e sócio da empresa, datada, com preço global igual ao classificado na disputa, considerando a aplicação de preços unitários não superiores ao da planilha projeto básico.

6.10. Os preços unitários deverão ser arredondados não poderão conter fração decimal/Dízima periódica.

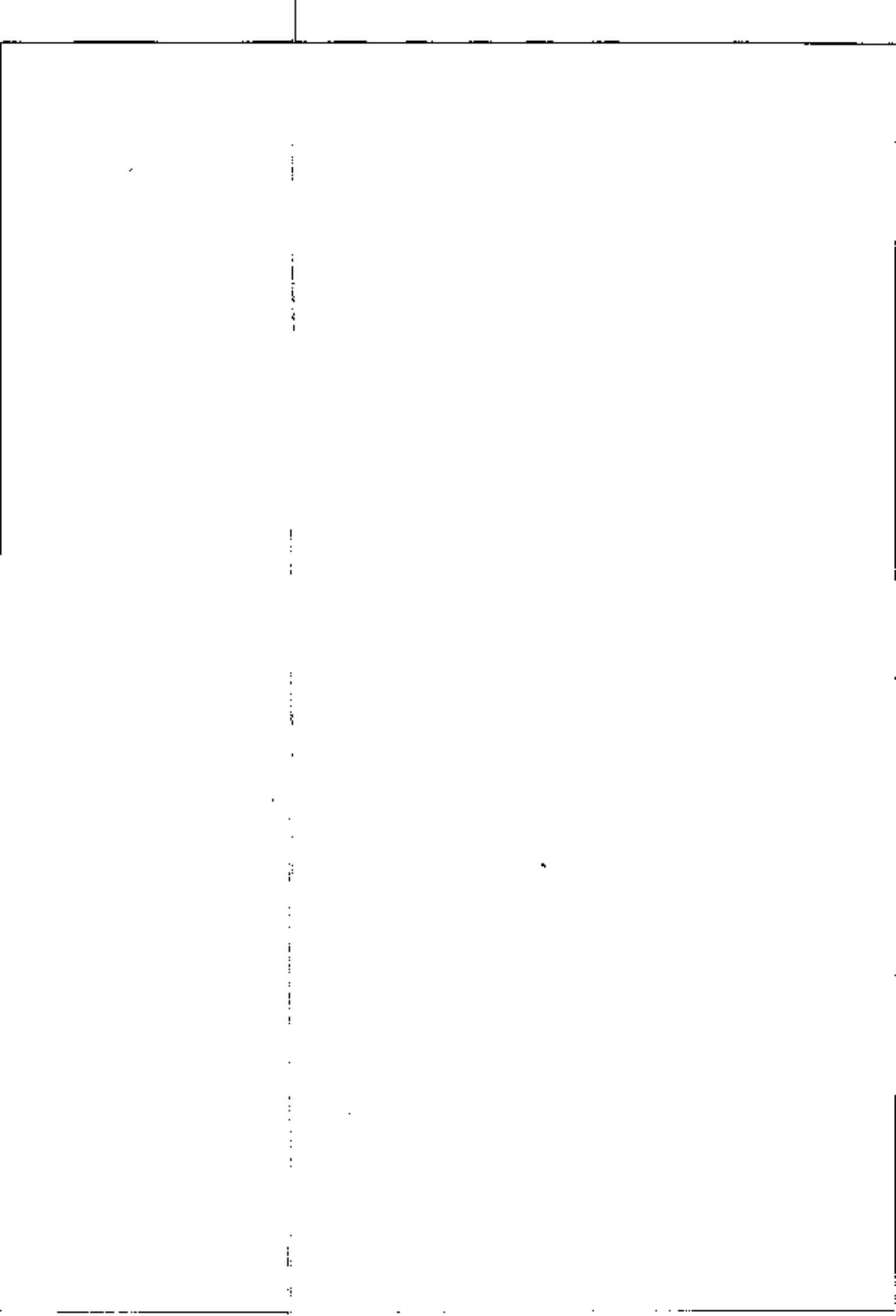
6.11. A licitante deverá, também, juntar a proposta em mídia excel para conferência dos cálculos.

6.12. Planilha Orçamentária devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA/CAU deverão estar apostos de maneira legível.

6.13. Cronograma Físico-Financeiro, devidamente assinado (s) pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA/CAU deverão estar apostos de maneira legível.

6.14. Apresentar composição de preços unitários.

6.15. Proposta em formato PDF separado dos documentos, assinada em todas as páginas manuscrito ou certificado digital. Não será aceita proposta que contenha preços unitários acima do estimado no projeto, sendo submetida a empresa para correção.

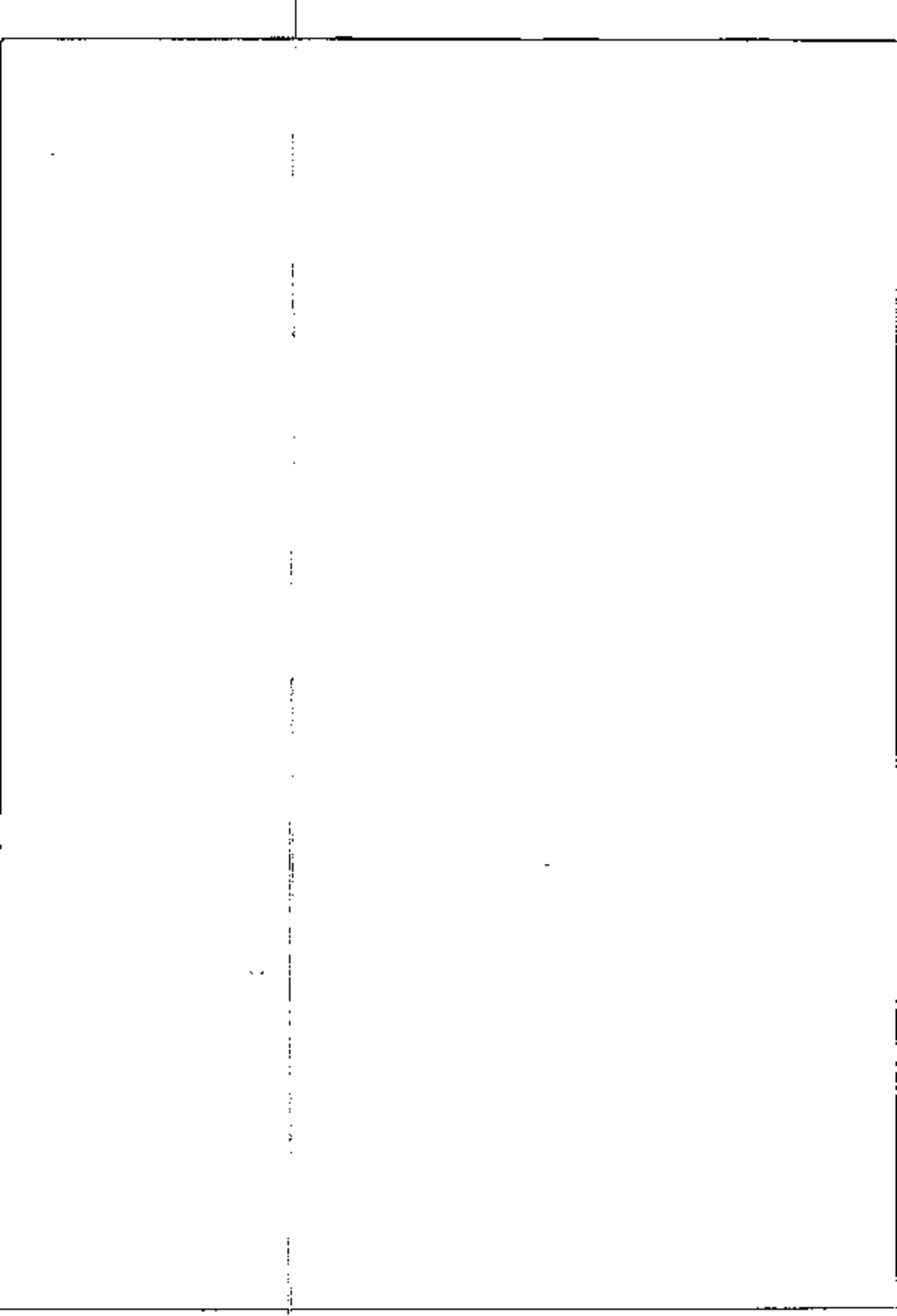




- 6.15.1. Quando a empresa convocada para correção da proposta, por conter preços unitários acima do estimado, e não atender a diligência, será desclassificada.
- 6.16. Não será aceita proposta/planilha sem assinatura do responsável técnico e/ou sócio da empresa, que esteja com a logo do município e não com a da própria empresa.
- 6.17. O agente de contratação suspenderá a sessão e encaminhará a proposta de preços, classificada, para engenharia civil do município avaliar e emitir parecer técnico o qual servirá de fundamento para decisão da fase de julgamento de proposta.
- 6.18. Pequenos vícios, tais como, falta de timbre da empresa, descrição do número da licitação, erros de digitação, poderão ser retificados, através de diligência. Sobretudo o não atendimento da diligência acarretará a perda da manutenção de condição de classificada.
- 6.19. A falta de garantia exigida no item 5.7.5 deste edital acarretará a desclassificação.
- 6.20. O não envio da proposta de preços acarretará a desclassificação da licitante.

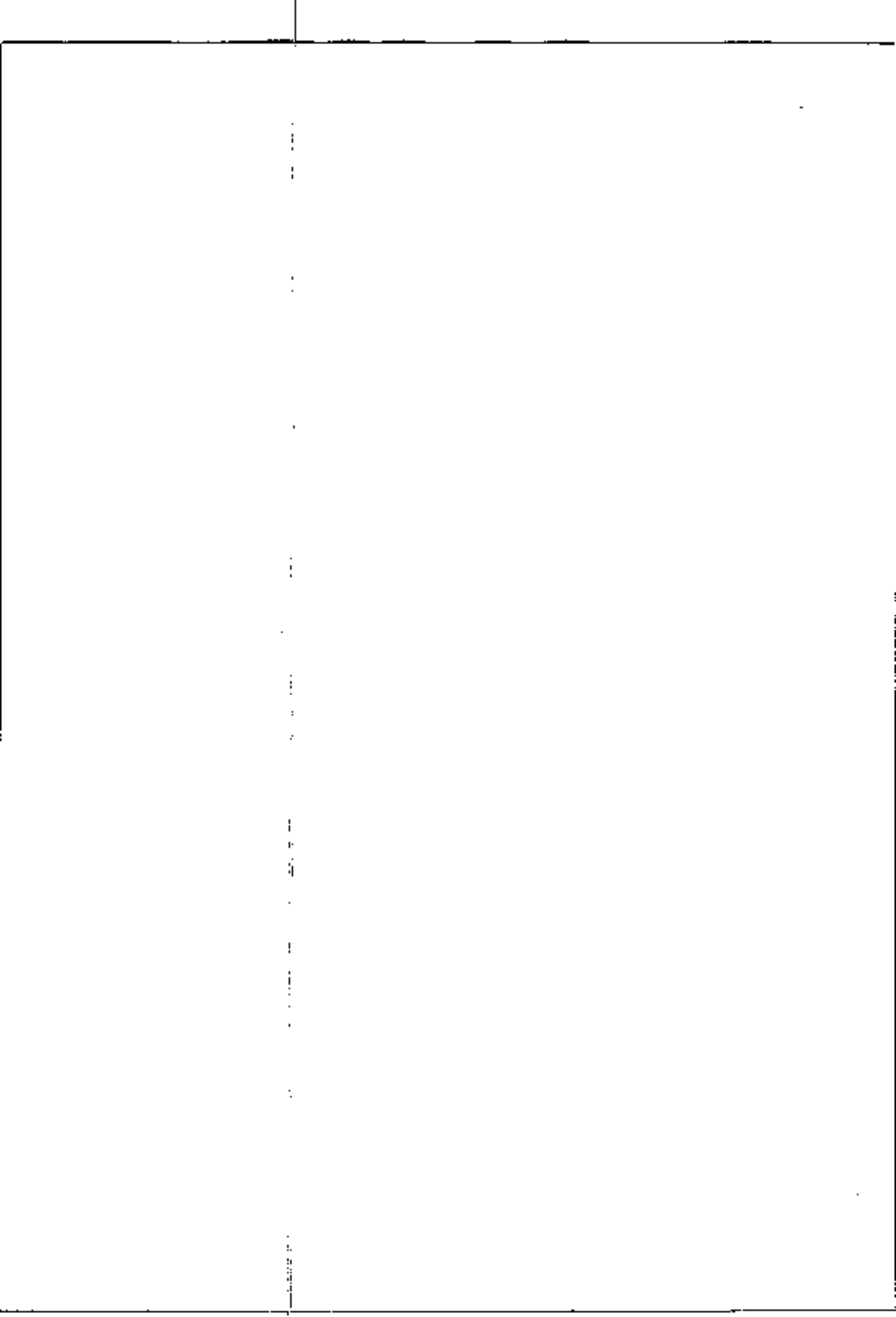
7. DO JULGAMENTO

- 7.1. Esta Licitação será processada para execução de empreitada por preço global, com critério de julgamento tipo menor preço, nos termos do art. 6º, XXXVIII, alínea "a)", da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. O modo de disputa será misto, sendo inicialmente aberto e fechado, onde a sessão e julgamento será sob sigilo.
- 7.3. O intervalo mínimo entre os lances será correspondente a **R\$ 100,00 (com reais)**, nos termos do art. 57 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. Após a definição da menor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) àquela, a Administração, através do agente de contratação, **poderá admitir o reinício da disputa aberta.**
- 7.5. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e anexado ao portal, eletronicamente, a Planilha Orçamentaria (PO) com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), Cronograma Físico Financeiro (CFF), Composição de Preços Unitários (CPU) com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitidos a utilização dos preços unitários.
- 7.5.1. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem em desconformidade, total ou parcial, com as seguintes ocorrências: Planilhas sem assinaturas do profissional e responsável pela empresa;





- 7.5.2. Não apresentar BDI;
- 7.5.3. Não apresentar Encargos Sociais;
- 7.5.4. Não apresentar Planilha Orçamentária;
- 7.5.5. Contiverem vícios insanáveis;
- 7.5.6. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 7.5.7. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 7.5.8. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- 7.5.9. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis.
- 7.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, após disputa de lances.
- 7.7. Será considerado vencedor o licitante que apresentar o **menor preço**, após encerrada a disputa de lances e apresente toda documentação exigida sem vícios.
- 7.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.
- 7.9. Será considerada inexequível a proposta cujo valor ultrapasse a oferta de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.10. Mesmo com proposta de valor superior a 25%, o agente de contratação não desclassificará de imediato a proposta que ultrapassar o limite previsto no item anterior, de modo que, convocará o licitante, por meio de diligência, para comprovar que sua oferta se encontra exequível. Tal medida traduz o entendimento do Tribunal de Contas da União: **SUMULA 262-TCU, ACÓRDÃO 465/2024-PLENÁRIO, ACÓRDÃO 804/2024 - PLENÁRIO.**
- 7.11. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixada no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.
- 7.12. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão, se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados ou dos recursos interpostos. Neste caso, após decisão da habilitação, será dada ciência aos interessados através da imprensa oficial municipal, estadual ou federal.





8. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

8.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 2.5 deste edital.

8.2. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.3. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor dentre as remanescentes de empate futo, poderá apresentar, no prazo de 15 (quinze) minutos, nova proposta no sistema, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

8.3.2. Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 8.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista no subitem 8.3.1.

8.3.3. Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio pelo próprio sistema eletrônico, para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

8.3.4. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do item 8.3 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.4. O disposto nos itens 8.1 a 8.3 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor da fase de julgamento inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (e que satisfaça as exigências do item 2.5 deste edital).

8.5. Subsidiariamente às disposições refletidas aos itens 8.1 a 8.3, adotar-se-á às regras dispostas no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for



desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.1.2. A negociação será conduzida por agente de contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. É dada como regra inquestionável e imutável a apresentação de recursos, somente, por meio eletrônico através do portal www.portaldecompraspublicas.com.br, por tanto não será aceita qualquer peça recursal por meio presencial ou por e-mail.

10.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação deste edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

10.2.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação deste edital cabem:

10.3.1. Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

10.3.1.1. Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

10.3.1.2. Julgamento das propostas;

10.3.1.3. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

10.3.1.4. Anulação ou revogação da licitação;

10.3.1.5. Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

10.3.2. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.4. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos subitens anteriores, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após os atos, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais, previsto no subitem 10.2.1, será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, de forma que a apreciação dar-se-á em fase única.

10.5. O recurso de que trata subitem 10.2.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou



proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.8. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.9. Da aplicação das sanções de multa, advertência e/ou impedimento de licitar ou contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Da aplicação da sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. Os recursos deverão ser digitados, devidamente fundamentados e conter a assinatura do Representante Legal da recorrente ou de seu procurador devidamente habilitado.

10.13. DO ENCERRAMENTO RECURSAL.

10.13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

10.13.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

10.13.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

10.13.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

10.13.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tomando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à



apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.13.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

11.1. A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

11.2. O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta sob Anexo II, dentro do prazo convocatório estabelecido.

11.3. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Cneis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

11.4. Por ocasião da assinatura do contrato, mais precisamente, antes de sua assinatura, a licitante vencedora:

a) **deverá apresentar** comprovante de cadastramento no Módulo Empresa da Plataforma +Brasil, para fins de obediência do fluxo de acompanhamento on-line da execução da obra, conforme implementação pelo Ministério da Economia, e assinatura do contrato;

11.5. Não será cobrada garantia contratual.

11.6. A desistência/revogação do procedimento pela órgão ou unidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

11.7. Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.

11.8. A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

11.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos



defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.10. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.10.1. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, após pedido formal protocolado perante a contratante.

11.10.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

11.10.3. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

11.11. DA GARANTIA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

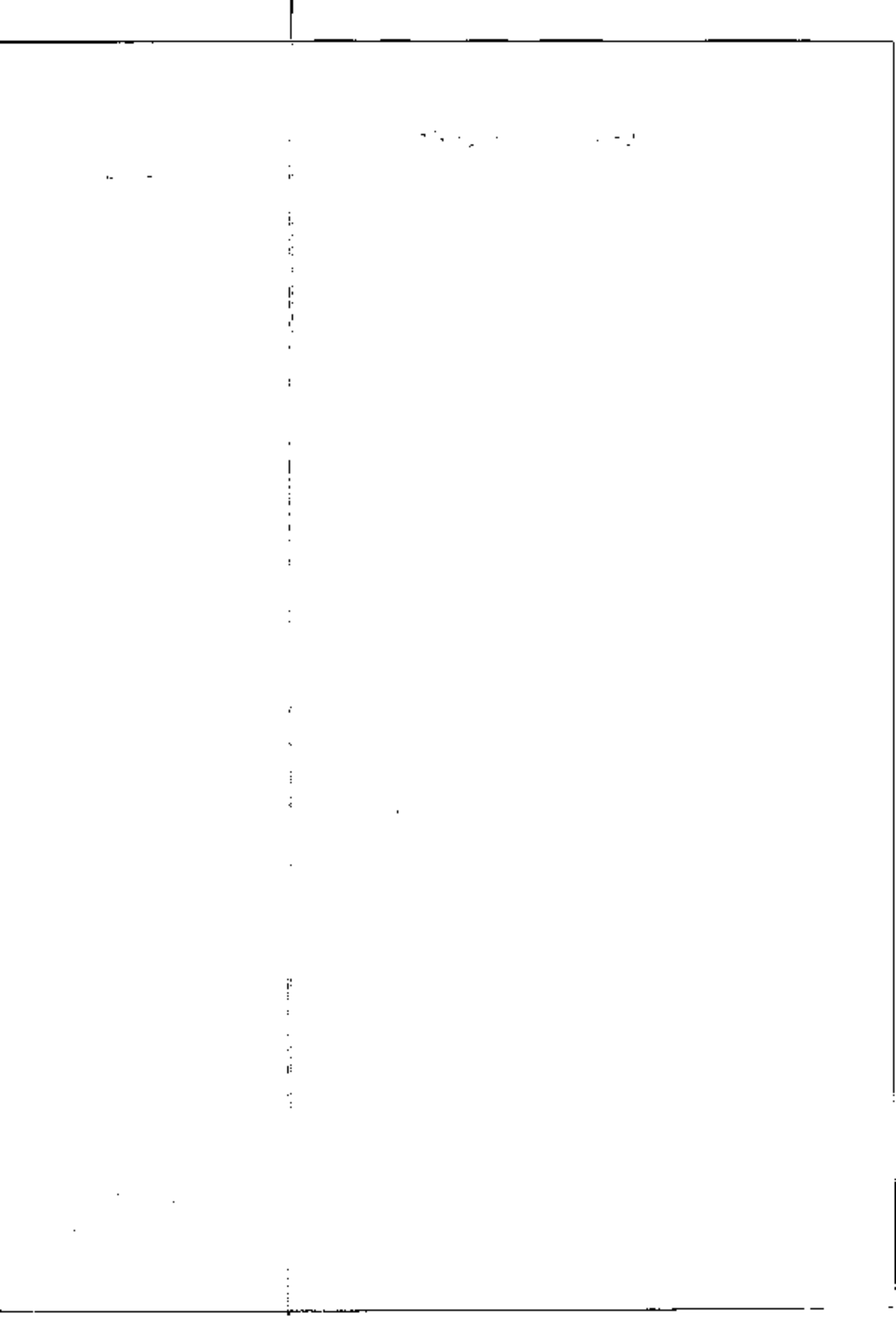
11.11.1. O recebimento provisório da obra/serviço será feito por servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado ou documento hábil que o substitua, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita do contratado.

11.11.2. O recebimento definitivo, pelo responsável técnico designado pela Administração Municipal, dar-se-á mediante termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, respeitando a previsão do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.11.3. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

11.12. DO REGISTRO POR APOSTILA

11.12.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:





- 11.12.1.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- 11.12.1.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- 11.12.1.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- 11.12.1.4. Empenho, modificação e retificação de dotações orçamentárias.

11.13. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

11.13.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.13.1.1. Unilateralmente pela Administração:

11.13.1.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

11.13.1.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure;

11.13.1.1.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), percentagens estas aplicáveis aos dois subitens anteriores.

11.13.1.2. Por acordo entre as partes:

11.13.1.2.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

11.13.1.2.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como da modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

11.13.1.2.2. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

11.13.1.2.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.13.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços



de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

11.13.3. Será aplicado o disposto no subitem 11.15.2.4 às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

11.13.4. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

11.13.5. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

11.13.6. Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de idoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

11.14. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

11.14.1. Os contratos administrativos deverão possuir dois servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato, nos termos do regulamento municipal.

11.15. DA PUBLICIZAÇÃO DOS CONTRATOS

11.15.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.

11.15.2. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

11.15.3. Administração divulgará em sítio eletrônico oficial de fiscalização, em até o décimo dia útil do mês seguinte a assinatura do contrato, com os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar.



12. DO REAJUSTAMENTO

12.1. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

12.1.1. Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do IPCA ou outro que houver por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

12.1.2. A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado ao licitante vencedor.

12.1.3. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.1.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

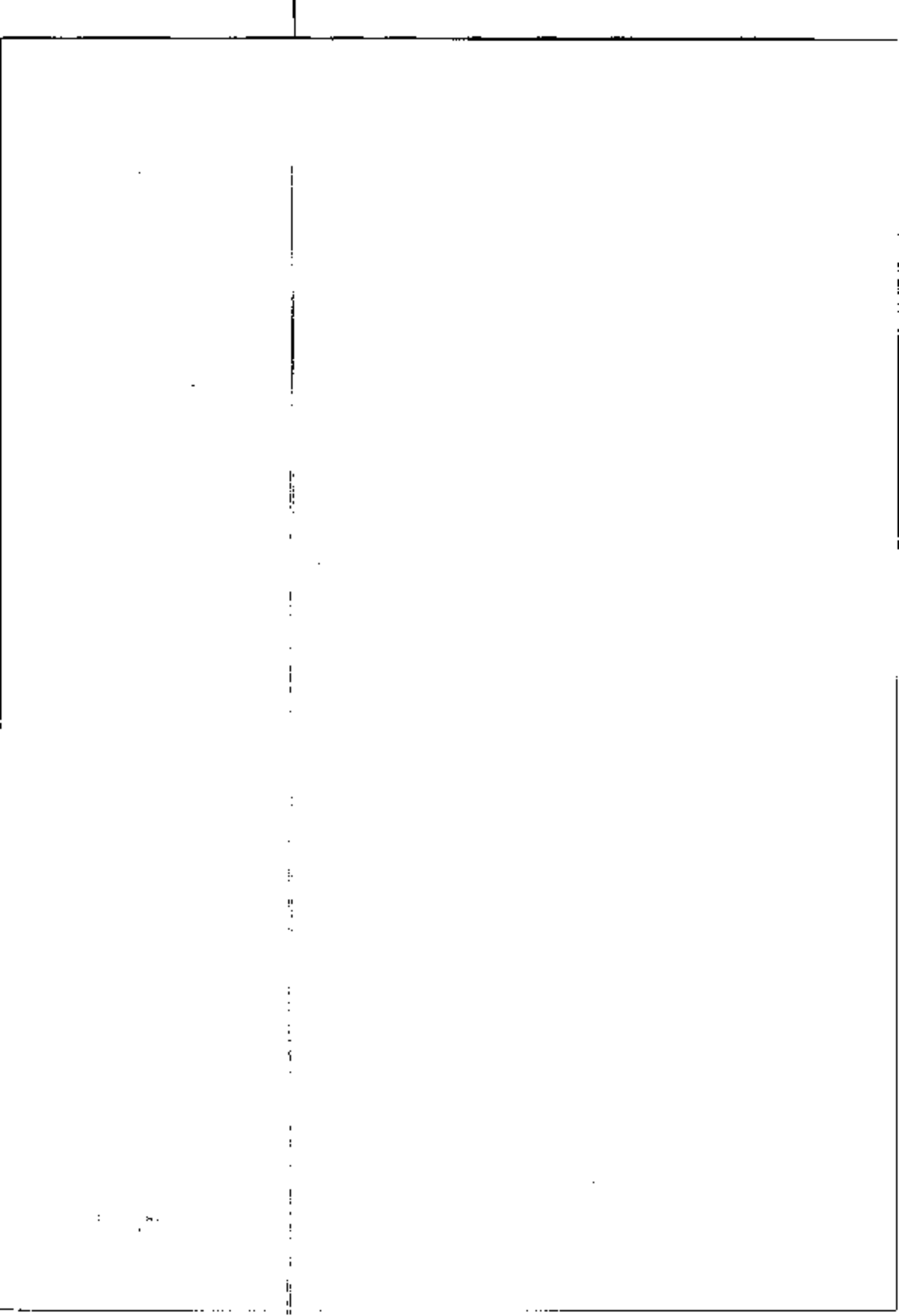
13. DO PAGAMENTO E DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

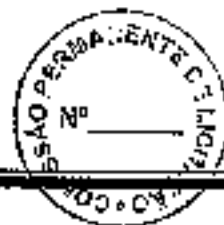
13.1. O pagamento se realizará por etapa de acordo com o desembolso de operação de crédito realizada através de recurso (descrito abaixo), bem como nos termos da medição do evento previsto no (s) projeto (s) da Administração, anexo ao edital.

13.2. A empresa contratada ficará obrigada a comprovar a adimplência com os encargos "trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais", sob pena de não recebimento do valor devido pela execução dos serviços, nos termos do art. 121, § 3º, inciso II da Lei 14.133/2021.

13.3. O setor financeiro desta prefeitura, somente, realizará pagamento de medições(s) executadas mediante demonstração da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da obra, mediante os seguintes documentos:**

- a) Registro de ponto;
- b) Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) Comprovante de depósito do FGTS;
- d) Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;





e) Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) Recibo do pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

13.4. Os documentos acima ficaram arquivados no procedimento de pagamento, setor de finanças desta prefeitura, nos termos do art. 50, incisos I a VI da Lei 14.133/2021.

13.5. Quando persistir o inadimplemento, por parte da empresa contratada, a contratante poderá tomar medidas para assegurar o adimplemento, conforme previsto nos incisos III, IV e V do § 3º, art. 121 da Lei 14.133/2021.

13.6. A dotação orçamentaria para empenho e adimplência da execução dos serviços, objeto do contrato, será a seguinte:

ORÇAMENTO PRÓPRIO:

07.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA;

15.451.1008.1011 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA/ RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS.

4.4.90.51.99 OBRAS E INSTALAÇÕES

1.7063110 Transferências Especiais da União – emendas Individuais impositivas.

RECURSO FEDERAL:

Emenda federal nº 202412770009 - MINISTÉRIO DA FAZENDA.

13.7. No valor proposto e adjudicado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, cujos pagamentos serão efetuados em moeda corrente, fixando-se o valor máximo global a ser pago por esta Administração nos termos da planilha orçamentária que acompanha cada objeto deste edital.

13.8. Apenas serão realizados pagamentos mediante a comprovação de liquidação da despesa já empenhada, de acordo com a etapa do cronograma físico-financeiro executado e boletins de medição apresentados, devendo constar neste a data do documento e período de apuração, devidamente atestados pelo fiscal de contrato, bem como, posteriormente à aferição, acompanhado da competente nota fiscal.

13.9. Após confirmada a execução do objeto, a Administração contratante terá prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar o pagamento, contados da data de entrega da nota fiscal pela contratada, quando solicitada pela secretaria municipal ordenadora da despesa, devidamente acompanhada dos boletins de medição aferidos pela contratada e atestados pelo(a) fiscal de contrato.

13.10. A administração ficará vinculada a liberação financeira de cada parcela, pelo órgão

1948



concedente do instrumento de convenio, mediante a execução dos serviços.

13.11. Do valor apurado pela nota fiscal serão retidos os tributos a que competem a titularidade e/ou administração pela Administração Municipal, tais como ISS, IRRF e outros que assim tiverem fato gerador.

14. DAS INFRAÇÕES LICITATORIAS E CONTRATUAIS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações

14.2. Não assinar o termo contratual por ação ou omissão;

14.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato,

14.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.7. Ersejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado,

14.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação,

14.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Pelo atraso e inexecução, totais ou parciais deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

15.2. **Advertência**

15.2.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa



à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Multa

15.3.1. Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

15.3.2. Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 15.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

15.3.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

15.3.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

15.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

15.3.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

15.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Impedimento de licitar e contratar

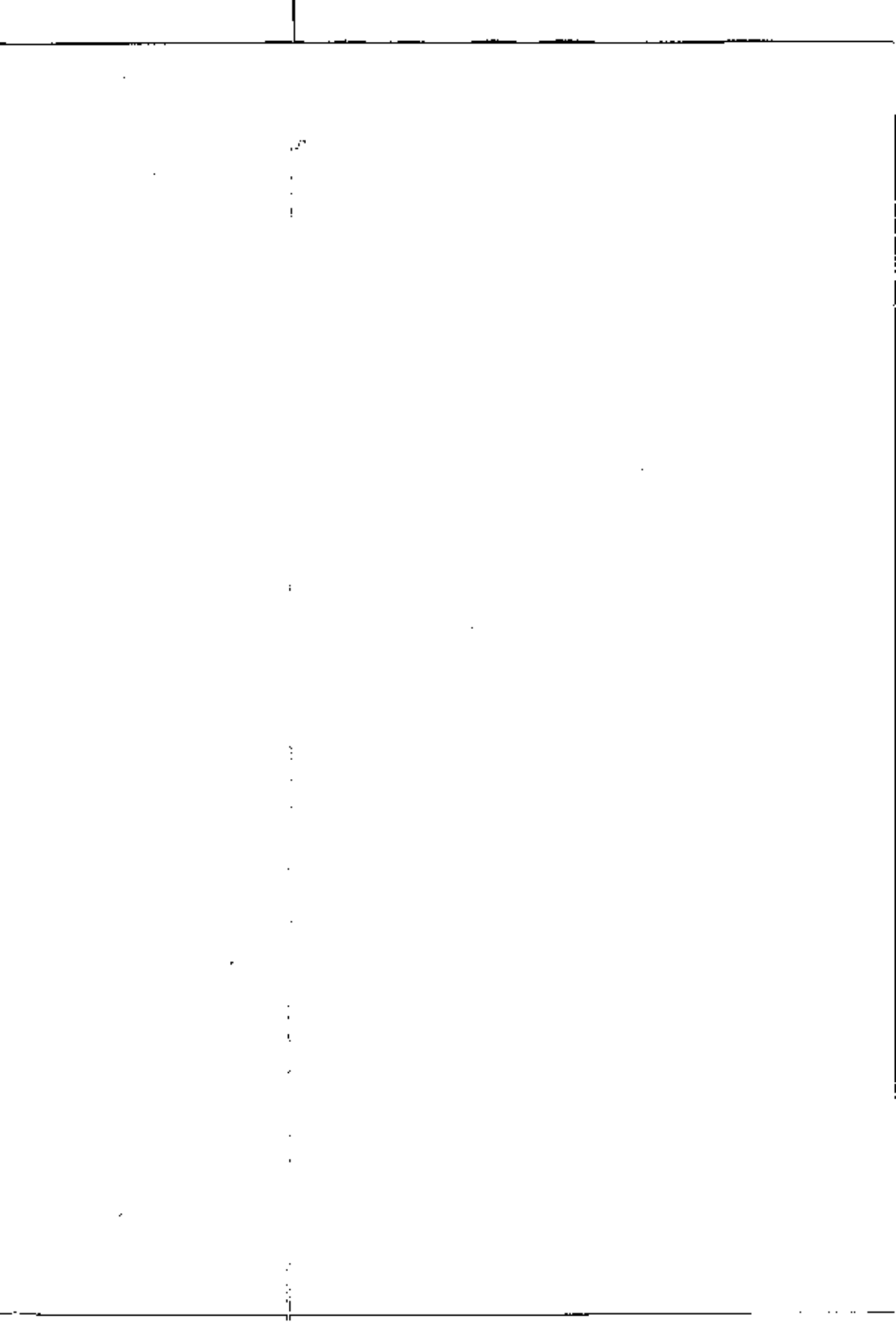
15.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até 3 (três) anos, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

15.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de vista, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

15.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

15.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer





multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

15.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:

16.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de notas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

16.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

16.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

16.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

16.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

16.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

16.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeito a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

16.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

16.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

16.2.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



16.2.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

16.2.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.2.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.3. DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO

16.3.1. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

16.3.1.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei n.º 14.133/2021;

16.3.1.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

16.3.1.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

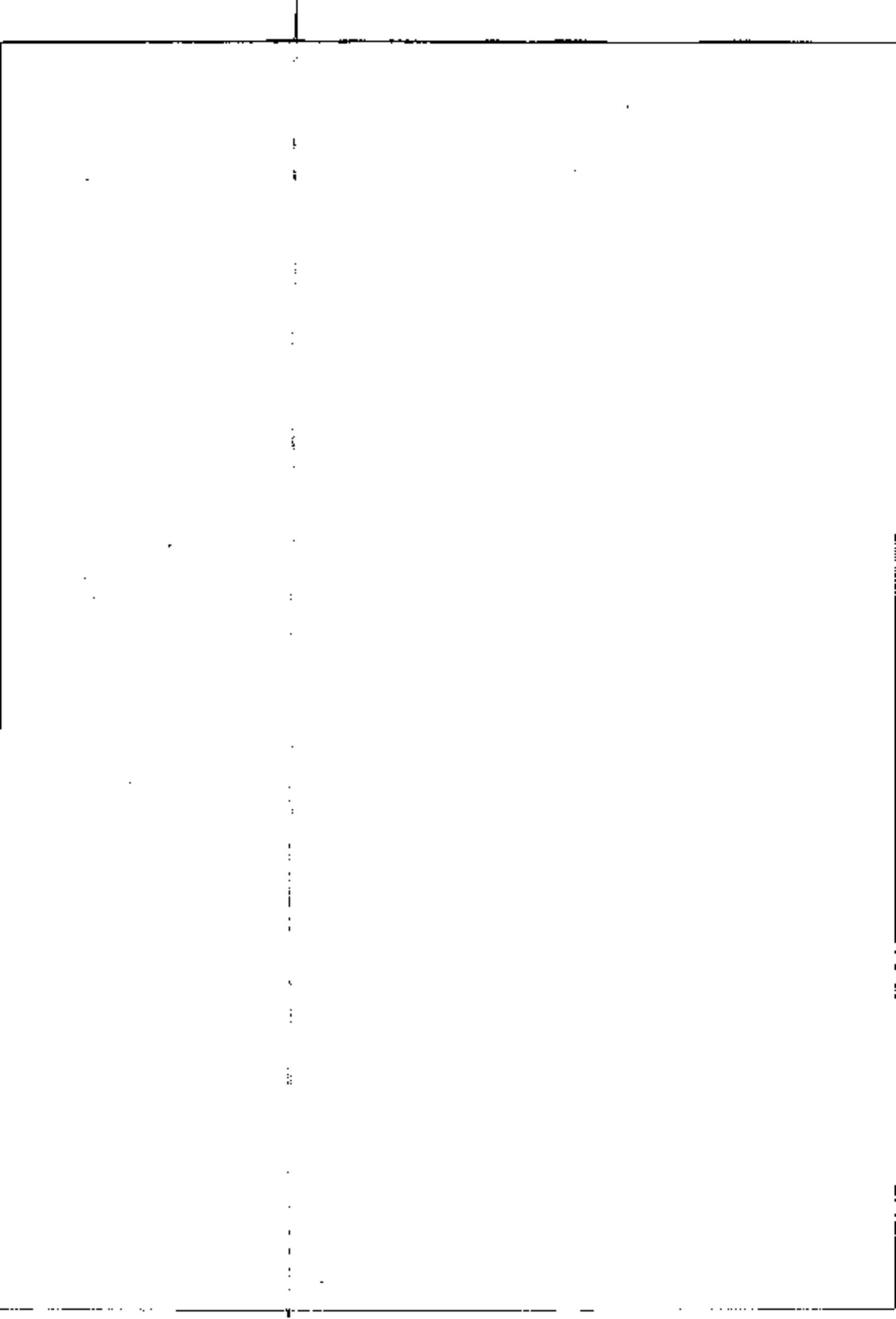
16.3.1.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

16.3.1.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

16.3.2. As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 16.3.1.2, 16.3.1.3 e 16.3.1.4 observarão as seguintes disposições:

16.3.2.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

16.3.2.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das





obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

16.4. DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.4.1. CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO: Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- 16.4.1.1. Devolução da garantia;
- 16.4.1.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- 16.4.1.3. Pagamento do custo da desmobilização.

16.4.2. DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO: A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

- 16.4.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- 16.4.2.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 16.4.2.3. Execução da garantia contratual para:
 - 16.4.2.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - 16.4.2.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - 16.4.2.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - 16.4.2.3.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 16.4.2.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

16.4.3. A aplicação das medidas previstas nos subitens 16.4.2.1 e 16.4.2.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

16.4.4. Na hipótese do subitem 16.4.2.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

16.5. Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens



ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

16.6. DA NULIDADE CONTRATUAL

16.6.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

16.6.1.1. Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

16.6.1.2. Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

16.6.1.3. Motivação social e ambiental do contrato;

16.6.1.4. Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

16.6.1.5. Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

16.6.1.6. Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

16.6.1.7. Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

16.6.1.8. Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

16.6.1.9. Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

16.6.1.10. Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

16.6.1.11. Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

16.6.2. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

16.6.3. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n.º 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

16.6.3.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela



indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

16.6.3.2. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

16.6.3.3. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e desresponsabilização de quem lhe tiver dado causa.

16.7. DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL

16.7.1. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

17. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVERSAS

17.1. Controvérsias oriundas da execução contratual e relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes; e ao cálculo de indenizações poderão ser encaminhadas à tentativa de resolução através de Conciliação e Mediação Municipal, parte integrante da Procuradoria-Geral do Município, bem como às demais formas alternativas indicadas pelos arts. 151 a 154 da Lei n.º 14.133/2021.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1. As instalações provisórias de água e luz, assim como as despesas de taxas de consumo, eventuais taxas de pedido de prorrogação de vigência do convênio que necessitem ser feitas, o serviço de segurança da obra e instalações, durante a execução do serviço, serão de responsabilidade da contratada.

18.2. É responsabilidade da contratada a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



MEMORIAL DESCRITIVO
PROJETO DE REFORMA DA SEDE DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA
CENTRO ADM. EX-PREFEITO ANTÔNIO CRISANTO DANTAS

CATINGUEIRA – PB
2024



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA PB
LOCAL: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB

OBJETO

O presente memorial tem como finalidade fixar as condições gerais e específicas que deverão ser obedecidas pela empresa CONTRATADA para a execução da obra de REFORMA da SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA - Centro Administrativo Ex-Prefeito Antônio Onsanto Dantas -, com o intuito de determinar normas, processos, materiais e demais componentes envolvidos que devem ser utilizados para execução dos serviços em função de se garantir um mínimo custo com uma máxima eficiência.

DADOS DA OBRA

- LOCALIZAÇÃO: R. Inácio Félix de Oliveira, S/N. Centro - Catingueira/PB, CEP 58.715.000
- ÁREA A SER REFORMADA: 1200m²
- Nº DE PAVIMENTOS: Térreo e 1º Pavimento
- SITUAÇÃO DA EDIFICAÇÃO: Existente com reforma
- Nº DO RRT: 5110702490100CT001
- TOTAL DE ETAPAS PARA CONCLUSÃO DA OBRA: 6 ETAPAS

O projeto arquitetônico de reforma da Prefeitura Municipal foi desenvolvido visando o melhor funcionamento do estabelecimento, com relação à higiene, conforto dos usuários, segurança do trabalho e melhoria nas atividades exercidas no espaço em geral. Propondo um espaço adequadamente projetado para atender as exigências de um equipamento desta complexidade, possibilitando que os servidores e público em geral tenham subsídios para uma jornada de trabalho e atendimento confortável. Desta forma, a obra contará com o seguinte programa de necessidades:

- Inserção de diversas secretarias à estrutura do prédio, ajustando o layout e espaços da edificação para comportar a demanda dos serviços;
- Revitalização de toda a parte de paisagismo, adicionando novos canteiros e repaginando os antigos; juntamente com um sistema de iluminação decorativo e novas espécies de plantas.
- "Retrofit" da fachada, permanecendo a mesma volumetria e readequando esquadrias, revestimentos, letreiros e acessibilidade.
- Reestruturação de todo o sistema elétrico e hidráulico da edificação.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



visível, indicando a origem dos recursos e deverá ser fornecida pela construtora que vai executar o serviço. A Equipe Técnica da Prefeitura (CONTRATANTE) indicará, em campo, os locais adequados para a colocação das placas.

- **DEMOLIÇÕES E RETIRADAS:** Por tratar-se de reforma haverá algumas demolições, que deverão ser feitas com cuidado para que não prejudiquem a estrutura da edificação ou resulte em rachaduras e trincas. Desta forma, antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da edificação. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como: a natureza da estrutura, os métodos utilizados na construção da edificação, as condições das construções da edificação, as condições das construções vizinhas. As linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás, bem como as canalizações de esgoto e águas pluviais deverão ser removidas ou protegidas, respeitando as normas e determinações das empresas concessionárias de serviços públicos.

Todas as demolições de componentes, principalmente, elementos de vedação vertical, a serem efetuadas deverão seguir o projeto existente, detalhes e planilha orçamentária. Tal serviço compreende no desmonte, retirada, carga, transporte e bota-fora do material para local adequado e devidamente autorizado pelo órgão de fiscalização do município. Os serviços de demolições e retiradas estão descritos na Planta de Reforma em Anexo no Projeto Arquitetônico.

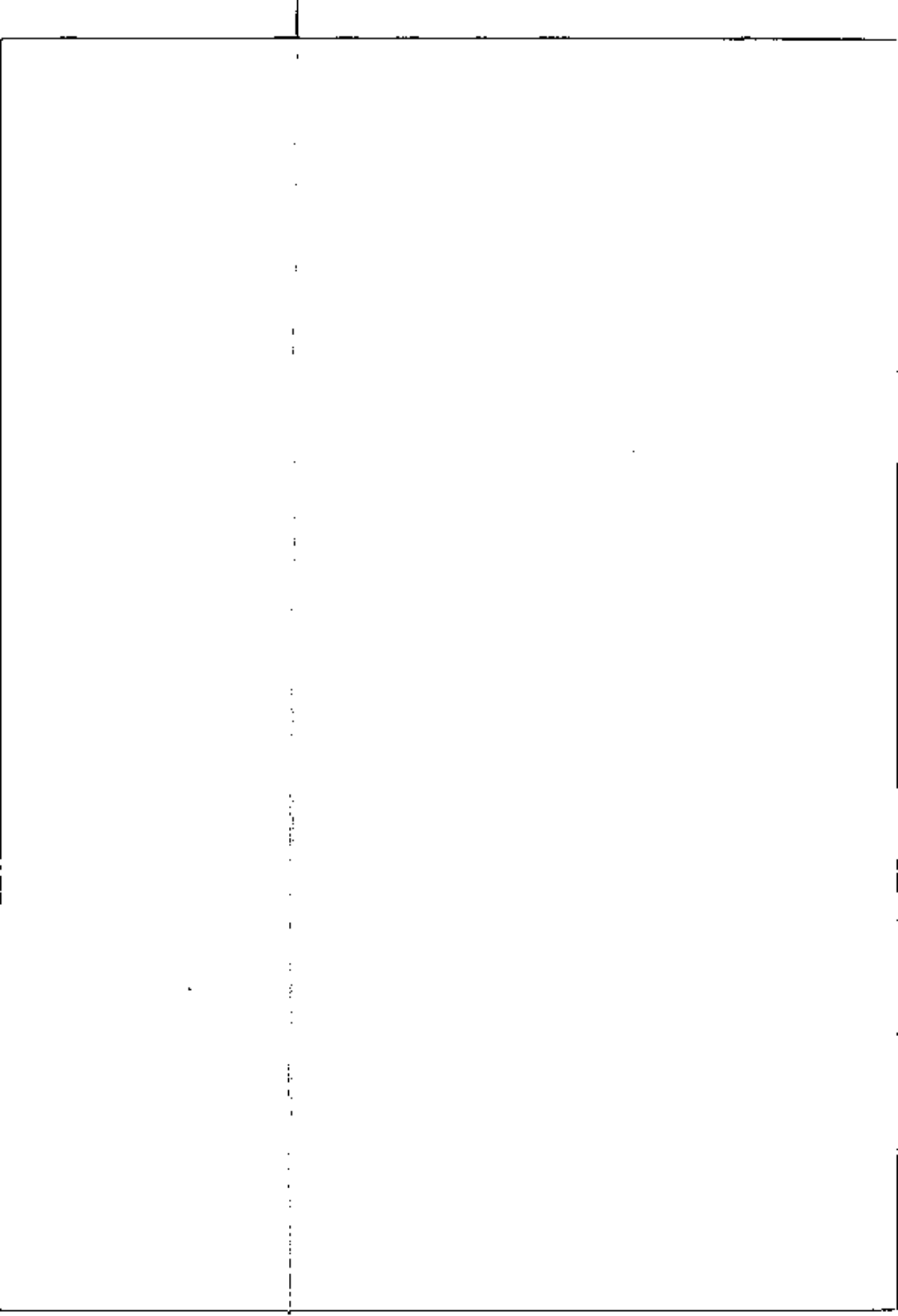
Os serviços de demolição deverão ser iniciados pelas partes superiores da edificação, mediante o emprego de calhas, evitando o lançamento do produto da demolição em queda livre. As partes a serem demolidas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo demolição.

Lembrando que, estes afazeres só serão aceitos após a efetiva demolição definida no projeto e a posterior remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de Demolição deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares.

Por se tratar de uma edificação antiga, é possível que encontre empecilhos e/ou problemas nas demolições, caso ocorra deverá ser avisada a Equipe Técnica da Prefeitura (CONTRATANTE), para juntos tomarem soluções.

É vetado a remoção ou alteração de qualquer parte estrutural da edificação, devendo ser protegida e reforçada quando necessário.

O reaproveitamento de materiais provenientes da demolição ficará a critério da fiscalização, desde que respeitadas às especificações estabelecidas em cada caso.





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Cattingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

- **LIMPEZA MANUAL DO TERRENO E EDIFICAÇÃO:** O prédio e entorno deverá ser totalmente limpo, retirando a vegetação existente, restos de materiais e demais empecilhos para a execução da obra.

- PAREDES, DIVISÓRIAS E PAINÉIS

- **ALVENARIA:** As alvenarias deverão ser construídas em tijolo cerâmico e gesso convencional, conforme mostra o projeto arquitetônico.

Para as paredes em tijolo, deverão ser utilizados tijolos cerâmicos furados (9x19x19cm), os quais devem ser assentados com argamassa de cimento, areia e cal (traço mínimo de 1:2:8) e revestidas conforme especificações do projeto de arquitetura. Junto aos vãos das janelas deverá ser executada verga e contra-verga em concreto armado de $f_{ck}=15$ mpa e para os vãos das portas deverá ser executado verga nas mesmas especificações. As vergas e contra vergas excederão a largura do vão em pelo menos 30 cm em cada lado e terão altura mínima de 10 cm. Quando os vãos forem relativamente próximos e da mesma altura, recomenda-se uma única verga sobre todos eles.

A CONTRATADA é responsável direta, tratando-se da garantia de qualidade dos serviços, garantindo-se exigências mínimas tais como: prumo, nível, esquadro entre paredes e aspectos visuais constatados "in-loco". Durante toda a execução, o nível e o prumo de cada fiada devem ser verificados.

- REVESTIMENTOS

Todos os materiais componentes dos revestimentos, como cimento, areia, cal, água e outros, deverão ser da melhor procedência, para garantir a boa qualidade dos serviços.

Antes de iniciar os trabalhos de revestimento, deverá a CONTRATADA, adotar providências para que todas as superfícies a revestir estejam firmes, retilíneas, niveladas e apuradas. Qualquer correção nesse sentido será feita antes da aplicação do revestimento.

Qualquer camada de revestimento só poderá ser aplicada quando a anterior estiver suficientemente firme.

Todas as instalações hidráulicas e elétricas serão executadas antes do chapisco, evitando-se dessa forma, retoques no revestimento.

A superfície a revestir deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos ou resíduos orgânicos.

- **CHAPISCO:** Todas as superfícies a serem revestidas, serão chapiscadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Assim como, todas as superfícies lisas



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



de concreto, como lajes, pilares, vigas, vergas, contra-vergas e outros elementos da estrutura que ficarão em contato com a alvenaria, inclusive fundo de vigas. A espessura média do chapisco deverá ficar em torno de 03 mm.

- **EMBOÇO:** Após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco, o emboço será executado em paredes internas e externas, traço 1:2:8 - preparo manual - espessura 20 mm.
- **REBOCO:** Os rebocos serão executados com argamassa de cimento, cal e areia penelada, com traço de 1:2:8 e ter espessura máxima de: Interno 20mm e - externo 20mm. Ressaltando que, o emboço deve estar limpo, sem poeira e com as impurezas visíveis removidas, antes de receber o reboco.

Lembrando que, o acabamento do reboco se faz em etapas: primeiramente será alisado com desempenadeira de madeira que dará uma superfície pouco áspera, e logo em seguida, será esponjado para dar um melhor acabamento. Quando houver possibilidade de chuvas, a aplicação do reboco externo não será iniciada ou, caso já o tenha sido, será interrompida.

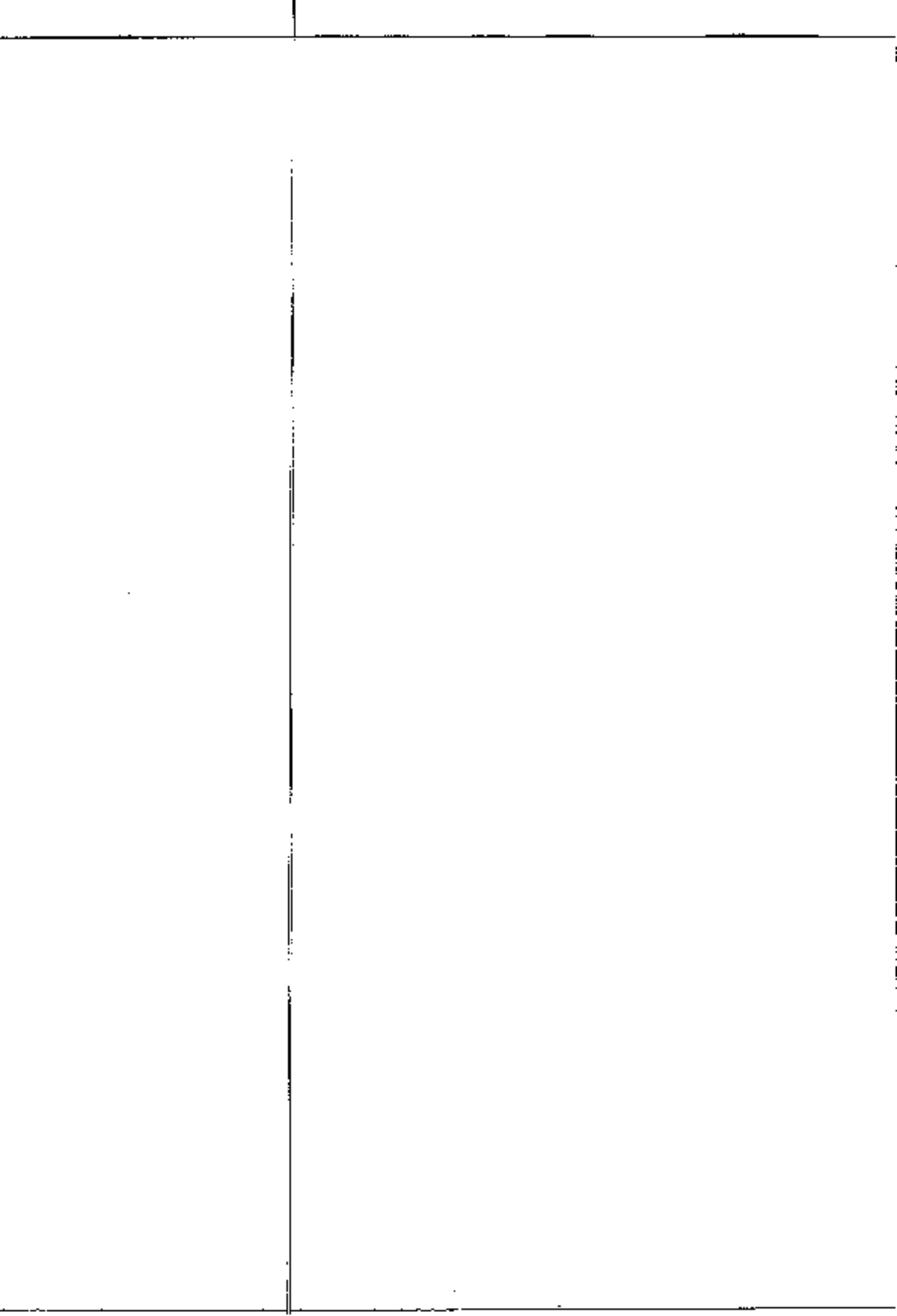
- **REVESTIMENTO (PAREDES):** Compreende fornecimento, preparo e aplicação da argamassa de assentamento, peças cerâmicas, pedras naturais, rejunte, limpeza e todos os demais serviços necessários à perfeita execução deste item.

Nas fachadas serão aplicados revestimentos, tipo pedra natural Itacolomy na cor cinza claro, com detalhes e dimensões conforme no projeto.

Deverão ser retirados todos os revestimentos de paredes internas dos banheiros e da copa, e aplicados novos - do piso ao teto - visando maior facilidade de limpeza e durabilidade. Os quais devem seguir as principais características: PEI IV, formato 60x60cm, cor, rejunte e acabamento especificados em projeto.

As cerâmicas serão assentadas com argamassa industrial indicada para áreas internas, obedecendo rigorosamente à orientação do fabricante quanto à espessura das juntas. O rejuntamento deverá ser feito com argamassa pré-fabricada tipo flexivo, como no mínimo 12h após o assentamento, removendo logo em seguida o excesso através de uma esponja molhada e um pano seco e limpo. Não podendo ser utilizadas borrachas e "chinelos".

As peças cerâmicas quando cortados deverão ter suas bordas acabadas além de não apresentarem rachaduras ou emendas. Todos os arremates de arestas vivas (incluindo-se peitoris e requadros de janelas) deverão ser obrigatoriamente executados de modo a não deixar a face lateral da cerâmica aparente.





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Resalta-se a importância de teste das tubulações hidrossanitárias, antes de iniciado qualquer serviço de revestimento. Após esses testes, recomenda-se o enchimento dos rasgos feitos durante a execução das instalações, a limpeza da alvenaria, a remoção de eventuais saliências de argamassa das justas e o umedecimento da área a ser revestida.

- COBERTURA:

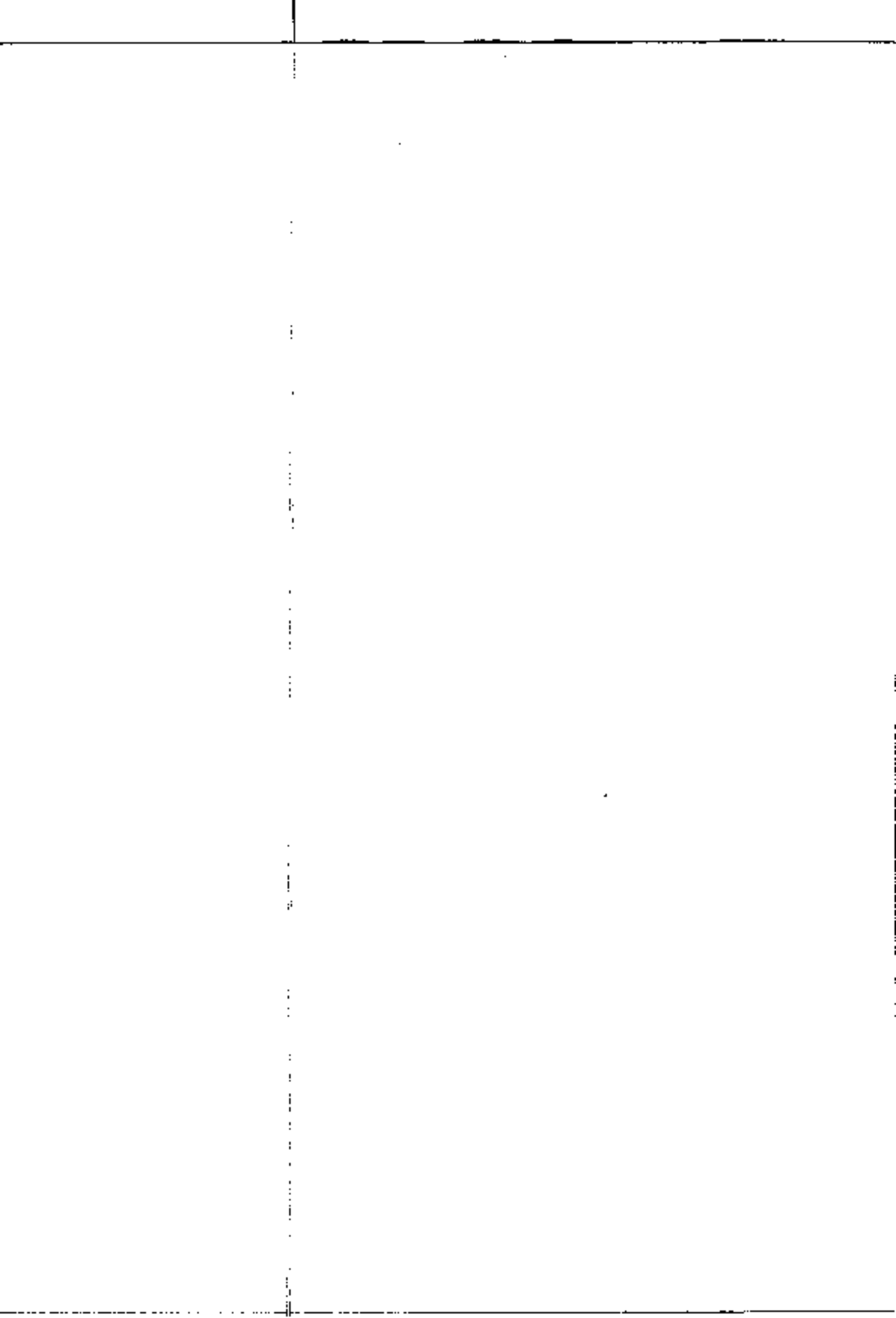
A CONTRATADA deverá inspecionar todo o telhado, a fim de solucionar problemas como infiltrações, vazamentos e outros que venham a danificar a estrutura geral do prédio.

- PINTURAS:

Compreende o fornecimento de massas e tintas, conforme o caso, mão-de-obra especializada assim como todos os demais serviços necessários à perfeita execução destes serviços.

Para a execução de qualquer tipo de pintura, deverão ser observadas as seguintes premissas:

- As pinturas serão iniciadas após a cura e secagem do reboco, depois de autorizada pela Fiscalização, com cuidado e perfeição, oferecendo acabamento impecável.
- Todas as superfícies a pintar deverão ser cuidadosamente limpas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinem.
- Antes da realização da pintura ou aplicação da textura é obrigatório a realização de um teste de coloração, utilizando a base com a cor selecionada pela FISCALIZAÇÃO, devendo ser preparada uma amostra de cores com as dimensões mínimas de 0,50x1,00m no próprio local a que se destina, para aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- Deverão ser usadas as tintas já preparadas em fábricas, não sendo permitidas composições, salvo se especificadas pelo projeto ou FISCALIZAÇÃO. As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas na proporção recomendada. As camadas serão uniformes, sem corrimento, falhas ou marcas de pincéis.
- As superfícies e peças deverão ser protegidas e isoladas com tiras de papel, pano ou outros materiais e os salpicos deverão ser removidos, enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se um removedor adequado, sempre que necessário.
- Em todas as superfícies rebocadas, deverão ser verificadas eventuais trincas ou outras imperfeições visíveis, aplicando-se enchimento de massa, conforme o





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



caso, e lixando-se levemente as áreas que não se encontrem bem niveladas e apuradas.

- As superfícies deverão estar perfeitamente secas, sem gordura, lixadas e seladas para receber o acabamento.
- A pintura deverá seguir as cores, acabamento e padronagem fornecidos no projeto 3D:

FACHADAS: As fachadas da edificação serão pintadas, onde não possuir revestimento, em tons de branco

AMBIENTES INTERNOS: Todas as salas serão pintadas em tinta acrílica acetinado na cor BRANCO GELO.

CORREDORES: Os corredores internos seguem a mesma especificação anterior. Na parte externa, segue a mesma pintura das fachadas.

MUROS E CANTEIROS: Deverão ser pintados em tinta acrílica acetinado na cor BRANCO GELO, onde não tiver revestimento.

TETO: Toda a laje ou forro de gesso existente na edificação deverá ser pintado em tinta acrílica fosca na cor BRANCO NEVE.

- PAVIMENTAÇÕES:

Para todos os ambientes, sejam internos ou externos, as pavimentações estão especificadas no quadro de revestimentos do projeto arquitetônico, bem como nos elementos que o compõe.

Antes de assentar o porcelanato ou qualquer outro material de paginação nas áreas internas e de hall de espera, todo o piso da edificação deve ser refeito, para a usar e nivelar, visto que, o mesmo se encontra com imperfeições e desnivelados entre os ambientes.

- **PISO PORCELANATO:** Em toda a área interna dos ambientes deverá ser aplicado piso porcelanato tipo A, com acabamento esmaltado/acetinado, tamanho 60x60cm, na cor indicada no projeto.
- **RODAPÉS:** Nas áreas que necessite de rodapé, estes deverão seguir o mesmo revestimento do piso, com altura de 7cm e acompanhando as juntas de assentamento do mesmo.
- **INTERTRAVADO:** Em toda a área externa descoberta e calçada deverá ser aplicado tijolo intertravado (E=6cm, Resistência=35MPa), com assentamento em escama de peixe.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



- VIDROS:

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar vidro nas esquadrias, conforme especificado no projeto arquitetônico e orçamento anexo.

Os vidros a serem empregados na obra, não poderão apresentar bolhas, lentes, ondulações, rachaduras ou outros defeitos. As placas de vidro não poderão apresentar defeitos de corte (beiradas, lascadas, pontas salientes, cantos quebrados, corte em bisel) e nem apresentar folga excessiva com relação ao requadro de encaixe.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços.

- ESQUADRIAS:

- **PORTAS:** Conforme especificado em projeto, as esquadrias serão compostas por portas de madeira ou alumínio e vidro.

As dobradiças devem ser de aço zincado com anéis reforçado, acabamento cromado e suportar com folga o peso das portas e o regime de trabalho que venham a ser submetidas. Colocar 3 (três) dobradiças em cada porta.

Deverão ser instaladas fechaduras de embutir com maçanetas do tipo alavanca, em alumínio e cilindro com chaves, em latão cromado.

E as esquadrias de alumínio/ferro, confeccionadas na cor preta com vidro temperado incolor, de acordo com as especificações das tabelas de esquadrias.

- **JANELAS:** Todas as esquadrias devem seguir o mesmo modelo, com tipologia, localização, posicionamento, fixação, dimensionamento contidas no projeto arquitetônico e orçamento em anexo, com pintura eletrolítica na cor preto fosco.

Todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento e acabamento da esquadria deverão receber anodização na cor da esquadria. Todas as partes móveis serão providas de pingadeiras ou dispositivos que garantam a perfeita estanqueidade do conjunto, impedindo a penetração de águas pluviais.

A colocação das peças deve garantir perfeito nivelamento, prumo e fixação indicados no projeto; vedando toda a janela com silicone (cor igual à anodização), no momento da instalação.

- **GRADIS E PORTÕES:** Todos os itens devem ser em alumínio/ferro, seguindo modelo e demais características dos desenhos em anexo, pintados com tinta anticorrosiva na cor preto fosco.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

- INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS:

As instalações hidráulicas, de esgoto e água pluvial obedecerão às especificações contidas na planilha, bem como às normas da ABNT referentes, nas quantidades especificadas em projeto.

Os pontos novos ou que tiverem seu posicionamento alterado (lavatórios) deverão ser adaptados à rede interna de esgoto existente.

Todos os acessórios de ligação de água dos aparelhos sanitários deverão ser arrematados com canoplas de acabamento cromado. E, visando facilitar a aquisição e futuras substituições das torneiras, das válvulas de descarga e demais itens, o projeto padrão sugere que todos os metais sejam de marcas difundidas, como: Leão, Docol ou similar.

As bacias sanitárias deverão ser assentadas com respectivos acessórios de fixação fornecidos pelo fabricante e rejuntados com cimento branco.

Não serão tolerados quaisquer defeitos decorrentes de fabricação, transporte ou manuseio inadequado.

Nos banheiros, deverão ser instalados lavatórios do tipo cuba suspensas e vasos sanitários com caixa acoplada, na cor branca, marca Deca, Incepa ou equivalente. E na copa, cuba de embutir de Inox com válvula. Para todos os ambientes deverão ser instalados sifões flexíveis em PVC corrugados.

- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

No projeto de instalações elétricas foi definido a distribuição geral das luminárias, pontos de força, comandos, circuitos, chaves, proteções e equipamentos. O atendimento à edificação foi considerado em baixa tensão, conforme a tensão operada pela concessionária local em 110V ou 220V.

As instalações elétricas deverão ser executadas de acordo com as especificações técnicas de projeto elétrico, observando todas as prescrições para materiais e execução, conforme normas específicas da ABNT e da concessionária local.

Qualquer prescrição que não esteja contida neste memorial e/ou no projeto elétrico, deverá ser consultada a FISCALIZAÇÃO e/ou Equipe Técnica da Prefeitura Municipal (CONTRATANTE).

Todos os materiais deverão ser de qualidade para garantir a facilidade de manutenção e durabilidade.

- **ELETRODUTOS:** Os eletrodutos embutidos nas paredes e no forro poderão ser corrugados flexível e em polietileno classe pesado. Todas as fias que passam sobre a laje deverão estar dentro dos eletrodutos. Não se devem passar fias



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catanguela
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

emendados dentro de eletrodutos. Não será permitido mais que duas curvas consecutivas, devendo-se neste caso ser colocada uma caixa de passagem 4"x4" com tampo cego. Os eletrodutos enterrados deverão ser perfeitamente estanques, ligados caixas de alvenaria e deverão também ter cimento contínuo num dos sentidos de forma a não permitir um possível acúmulo de água.

- **ILUMINAÇÃO:** A CONTRADA deverá instalar luminárias em cada ambientes conforme as disposições e especificações do projeto elétrico em anexo.
- **QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO:** Todos os quadros deverão ser confeccionados em em pvc, de embutir e capacidade e dimensões definidas no projeto. No quadro de distribuição deverá ser colado, um adesivo do seu diagrama unifilar com a identificação dos circuitos.
- **PADRONIZAÇÃO DA FIAÇÃO:** A identificação de cabos deverá ser feita nas cores conforme a seguir: Fase: Vermelho, Neutro: Azul, Terra: Verde e Retorno: Preto.
- **INTERRUPTORES:** Os interruptores deverão ter as seguintes características nominais: 10A/250V e estarem de acordo com as normas brasileiras. Serão dos tipos simples, duplo, triplo, conforme exigido pelo projeto.
- **TOMADAS:** Para a alimentação dos equipamentos elétricos de uso geral e específico foram previstas tomadas de 10/20A, com número de seções indicado nos desenhos.
- **DISJUNTORES:** Os disjuntores serão termomagnéticos, unipolares, bipolares e/ou tripolares, padrão DIN/IEC, tensão 240V.

- INSTALAÇÃO DE BRASÃO E LETREIROS:

Os letreiros externos deverão ser substituídos por letreiros novos. Os existentes deverão ser retirados antes de iniciar os trabalhos na fachada. As letras novas deverão ser recortadas em ACM preto ou Inox com espessura 3cm e tamanho de 25x15cm cada letra para a fachada PRINCIPAL, e espessura 2cm e tamanho 15x10cm cada letra para a fachada do SETOR de LICITAÇÃO, seguindo modelo e posicionamento das imagens contidas no projeto.

Os brasões também devem seguir o modelo do projeto, com tamanho 150x150cm para o da fachada PRINCIPAL, e 85x85cm para o da fachada do SETOR de LICITAÇÃO.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA



Lembrando que tanto os letreiros quanto os brasões devem receber iluminação de LED, na cor BRANCO QUENTE 3000k (amarelo).

- INSTALAÇÕES DE AR-CONDICIONADO:

O projeto de climatização visa o atendimento às condições de conforto em ambientes que não recebem ventilação natural ideal para o conforto dos usuários. Sendo assim, foram adotados equipamentos de ar-condicionado para todas as salas da edificação, conforme a planta de pontos de climatização.

Todas as caixas condensadoras devem ser colocadas na cobertura. Fixar nas paredes, somente quando necessário, e protegê-las por gradis de ferro, conforme as imagens do projeto.

- VEGETAÇÃO:

A vegetação do edifício é composta por: forração em placas de grama esmeralda nas áreas de canteiros; complementando com espécies de pequeno e média porte, como: buxinhos, dracenas, cicas, moreias e demais plantas decorativas. Além de espécies arbóreas que gerem sombra na parte posterior junto ao muro da edificação. E grandes vasos na área do hall de espera inferior e superior, conforme detalhes apresentados nos projetos.

Vale ressaltar que, as placas ou rolos de grama deverão estar em perfeito estado fitossanitário, sem apresentar sintomas de doenças, deficiências nutricionais ou partes danificadas, e sem a presença de ervas daninhas e/ou propágulos que possam vir a infestar as áreas de plantio. As placas ou rolos deverão ser devidamente transportados para evitar danos as suas partes. Assim como, também as demais espécies de vegetação devem estar em bom estado para o plantio.

- ACESSIBILIDADE:

- **RAMPA DE ACESSO:** Será construída rampas de acesso, obedecendo aos desníveis e inclinações com fundo fortemente compactado, conforme medidas e indicação no projeto arquitetônico. Nas rampas de acesso serão instalados corrimãos e guarda-corpos, de acordo com: detalhes atendendo normas específicas.
- **CORRIMÃOS E GUARDA-CORPOS:** As instalações de corrimãos e guarda-corpos deverão atender a norma de acessibilidade, NBR 9050, conforme a imagem abaixo.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Catingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

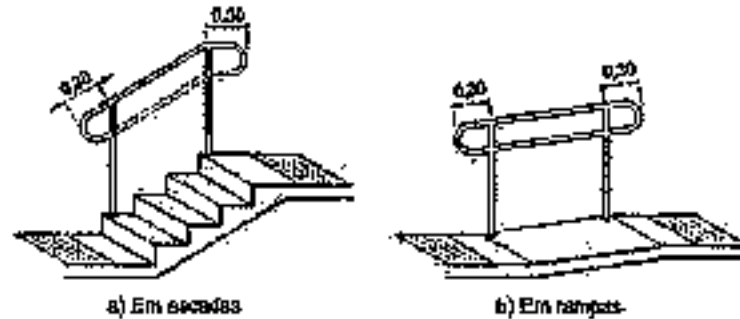


Figura 01 - Modelo de corrimão.

Os mesmos serão inspecionados no recebimento, quanto à qualidade, à quantidade, ao acabamento superficial e às dimensões. Quando necessária solda ou preenchimento com massa plástica, a superfície deverá ser lixada, garantindo o bom acabamento, não podendo haver rebarbas, volumes extras ou até superfícies cortantes. Todos os itens serão entregues com o devido acabamento e com pintura anticorrosão, prontas para receberem pintura.

- LIMPEZA DA OBRA:

A edificação deverá ser entregue completamente limpa, os vidros, aparelhos sanitários e todos os pisos deverão ser lavados, devendo qualquer vestígio de tinta ou argamassa desaparecer, deixando as superfícies completamente limpas e perfeitas, sob pena de serem substituídos.

Tudo quanto se refere a metais, ralos, torneiras, maçanetas, espelhos, etc., deverá ficar perfeitamente polido, sem arranhões ou falhas na cromagem, sob pena de serem substituídos, o mesmo acontecendo com as demais peças. Todas as ferragens serão limpas e lubrificadas, substituindo-se aquelas que não apresentarem perfeito funcionamento e acabamento.

Deverá ser realizada a remoção de todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Todos os materiais utilizados, bem como os desenhos, projetos, planilha e memorial, devem ser usados em conjunto, pois se complementam. Sendo assim, os serviços devem seguir o memorial descritivo e projetos propostos em anexo.



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Cattingueira
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Planilha de Custos é referencial, devendo os serviços, quantidades e preços serem reavaliados pelas empresas participantes da licitação. As quais devem visitar o local e verificar dos serviços a serem executados para elaborar sua proposta.

A empresa ganhadora deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de responsável técnico pela execução dos serviços e outros.

Todos os materiais a serem empregados na obra devem ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações.

Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, com equipamentos adequados. A responsabilidade da segurança dos operários, transeuntes e veículos será inteiramente da empresa executora dos serviços.


O CONTRATADO mesmo depois de entregue a obra será responsável pela garantia dos serviços executados.

O CONTRATANTE realizará inspeções periódicas no canteiro de obras, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde do trabalho. Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO todo e qualquer trabalho que não satisfaça as condições contratuais.

Qualquer dúvida na especificação, consultar um profissional habilitado da CONTRATANTE, para maiores esclarecimentos a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade.

No caso da necessidade de alteração de qualquer serviço ou material deverá ser previamente discutida com o setor responsável definido pela CONTRATANTE, antes da execução.

CATINGUEIRA – PB, 11 de outubro de 2024.

 Documento assinado digitalmente por ELLEN FONZC DE O. MONTENEGRO
Data: 10/10/2024 13:52:10-01M
Verifique em https://portal13.gov.br

ELLEN FONZC DE O. MONTENEGRO

Arquiteta e Urbanista

CAU-PB a-2351737

WELLINGTON
FELIPE BEZERRA
GOMES

Assinado de forma digital por WELLINGTON FELIPE BEZERRA GOMES
Data: 2024.10.12 13:06:15 -03'00'

11-202

16/03/2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
LABORATÓRIO DE ENGENHARIA DE MATERIAIS
AV. PASADISSUM, 156 - MARACÃS, RJ - CEP: 21246-900

DATA: 16/03/2023
HORA: 14:30

PLANILHA ORÇÃO

ITEM	CODIGO	QUANT	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT. B/	VALOR UNIT. C/	VALOR TOTAL
						BDI	BDI	
1	91572	SINAPI	ENCAMERAMENTO GERAL COM BANCOS CONJUGADOS	P	1,50	4.255,46	83	1.920,15
2	91777	SINAPI	PROJEÇÃO DE TUBO DE CERRA LATOR COM BANCOS CONJUGADOS	II	48,00	133,00	83	1.372,45
2.1	104709	SINAPI	REMOÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	29,51	185,90	86	2.049,91
2.2	21	ORSE	REMOÇÃO DE MADEIRA GARANTIDA DE PRE-ESTRADO	M	41,91	9,90	86	380,95
2.3	97622	SINAPI	REMOÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO TUBADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	1,44	52,82	86	77,15
2.4	97621	SINAPI	REMOÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	55,68	10,01	86	557,51
2.5	27625	STINDO	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	1,80	27,55	86	51,41
2.6	4447	ORSE	REMOÇÃO DE ARGAMASSA ESTÉTICA, COM OU SEM REAPROVEITAMENTO. OR_01-03/2022	M2	40,94	20,18	86	825,25
2.7	4268	ORSE	REMOÇÃO DE ARGAMASSA, DE FORMA MANUAL, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ESCALAVAZADAS	UND	2,00	104,81	83	209,62
2.8	98526	SINAPI	REMOÇÃO DE REJANES REVESTIMENTOS DE TUBOS DE ARGAMASSA COM OLAPETRO MAIOR OU IGUAL A 0,20 M E MENOR QUE 0,40 M. AF_09/2023	UND	2,00	112,61	83	225,22
2.9	100401	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL COM ARRIO DE 60 L, DE MASSA/GRUPO (INTERIOR) M3/M3. AF_01/2019	M3/M3	1,10	1.364,00	86	1.460,40
2.10	77	ORSE	COBERTA E CARGA MANOIS DE ENFOLDO	M3	55,00	17,54	86	966,70
2.11	98375	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DEZ ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3/KM) - AF_01/2020	M3/KM	215,15	2,11	86	453,86
3			INSTALAÇÃO					
3.1	10362	ORSE	PERTE GEOMETRICO COM 02 BÓVALAS, EM AÇO GALVANIZADO COM DISSIPADOR EM VIGAS TRANSVERSAMENTE TRAZERADO, RSP. 21-30/72, DE ALUMINIO OU BUNCIAR, COM 1,00 M, INCLUSIVE LÂMINA VAGER METÁLICO DE 150 M	UND	1,00	1.067,51	85	1.120,74
3.2	97601	SINAPI	LUMINÁRIA ABUSCULA TIPO TARTARURA, DE BARRERAS, COM 1 LÂMINA DE 6 X 9, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2020	UND	3,00	101,43	85	257,29
3.3	13176	ORSE	LUMINÁRIA BARRERAS QUADRO 60 X 90, SEM REATOR EM LIGIO DO TUBO	UND	87,00	30,51	85	2.643,87
3.4	391	LUTACAO	PIVA DE CUBO BARRERAS DE TUBO COM BOMBA	M	35,20	28,24	85	994,08
3.5	13352	ORSE	LUMINÁRIA TIPO BOMBA DE LUMINÁRIA COM CÂMERA DE 150	UND	27,00	56,04	85	1.503,08
3.6	1115	ORSE	LUMINÁRIA BARRERAS QUADRO. RSP: 1310/1, BARRERAS DE TUBO	UND	3,00	213,05	85	639,15
3.7	222	QUINTA	ALUMINIO	UND	1,00	2.243,61	85	2.358,34
3.8	97338	SINAPI	CAIXA DE BARRERAS BARRERAS QUADRO, EM CONCRETO PRE-ESTRADO, DIMENSÕES INTERIORES: 0,800x0,800 M. AF_12/2020	UND	2,00	826,10	85	1.652,20
3.9	102264	SINAPI	TUBO DE PVC BRANCO PARA REUS COBERTURA DE ESOTO CIRCUNDIAL DE PAREDE MACIÇA, EM 100 MM, CUBITA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSEMBLAGEM. AF_01/2021	M	15,30	17,34	85	265,25





[Empty]		[Empty]		[Empty]	
[Empty]		[Empty]		[Empty]	
[Empty]		[Empty]		[Empty]	
[Empty]		[Empty]		[Empty]	

PLANILHA CIMENTARIA											
7.9	10744	SINAPI	FORNecedor de materiais com taxa bancaria a base de 0,04% mensal, de 15/02/24	1	11,00	R\$	1,47	R\$	1,95	R\$	1,47
8.1	10746	SINAPI	MURICHO DE BRANCA GENERALDA CA. SÃO DOMINGOS DO COQUELORAN, RR PLACAS. AF 21/2024	23	14,70	R\$	34,33	R\$	25,25	R\$	2.856,17
8.2	10746	GRSE	PLANTA - FRENTEIRA ESCOTA, 0+1,00M, FOMAGREMO E PLACAS	000	2,00	R\$	198,00	R\$	1.985,56	R\$	3.971,16
8.3	08559	SINAPI	PLANTAO DE ARBUSTO DE CEREA VIVA. AF 21/2024	000	25,000	R\$	42,00	R\$	53,17	R\$	1.325,33
8.4	12544	URSE	LEITIA. EP AGU INOX ESCOVADO/ ESCUDO 25 x 25 CM - INSTALADO	245	32,00	R\$	157,60	R\$	170,93	R\$	7.144,80
8.5	?	GRU	BRANCA DE AÇO INOX ESCOVADO/ ESCUDO 25 x 25 CM - INSTALADO	040	1,00	R\$	1.398,55	R\$	1.731,23	R\$	1.117,74
8.6	58803	SINAPI	LIMPEZA DE PISO CEMENTO OU PORCELANATO UTILIZANDO DETERGENTE VELTOS E ESCOVACAO MANUAL. AF 04/2024	04	527,00	R\$	5,90	R\$	6,24	R\$	1.404,21
8.7	10814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFICIE COM JATE DE ALTA PRESSAO. AF 14/2019	02	184,94	R\$	1,11	R\$	2,22	R\$	1.032,15
								MPRI. C/ BDI	R\$	316.587,85	
								BDI	R\$	51.615,07	
								CUSTO TOTAL	R\$	254.522,18	

WELLIGTON FELIPE BEZERRA GOMES
 Assinado de forma digital por WELLIGTON FELIPE BEZERRA GOMES
 Dados: 2024.10.11 12:51:02 -03'00'





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OFÍCIO PMC: Nº /2024

Catingueira-PB, 14 de Outubro de 2024.

Ao Sr.

SR. INACIO FÉLIX DE ALENCAR
Prefeito de Catingueira-PB

Assunto: Solicitação (Fax).

Senhor Prefeito,

Com os cumprimentos de estilo, venho solicitar autorização para a prorrogação de prazo do Contrato nº 01.0282/2023 de 26 de Outubro de 2023, resultante do PREGÃO ELETRÔNICO 038/2023, celebrado com a empresa DANILLO JOSE MARTINS DA SILVA COMERCIO DE AUTO PECAS E PNEUS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 49.223.588/0001-11, com sede na Rua MANOEL JOAQUIM DA SILVA, Nº 001, Centro, em Venturosa-PE, na alteração em cláusula segunda, prorrogando sua vigência até 31/12/2024, do contrato original vigente, cujo objeto Contratação de serviços mecânicos/automotivos em geral, destinados a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos a serviço do município de Catingueira-PB, conforme especificações, com fulcro no Artigo 57, Inciso I, da Lei 8.666/93.

A prorrogação da vigência contratual é justificável pela relevante utilidade dos serviços prestados à Prefeitura Municipal de Catingueira-PB, que atendem as necessidades citadas na cláusula primeira do objeto do referente contrato. Segue em Anexo justificativa desta secretaria, diante do exposto solicito a devida autorização na forma da lei pra prosseguir com o processo de adiantamento. Desde já agradeço a atenção de sempre e renovo meus votos de estima;

Atenciosamente,

ADENILIA OLIVEIRA LICENA
Secretária Municipal de Administração



CONTRATAÇÃO DE	DESCRIÇÃO	VALOR
REFORMA 2 AND.	DESCRIÇÃO	VALOR
11241710000	MINISTÉRIO DA SAÚDE	
	CATIMBEIRA-PR	
	SOL. IMACIO FELIX DE OLIVEIRA, 125, CENTRO	
	NÃO DESEMPENHA	

MEMORIAL DE CÁLCULO

ITEM	CÓDIGO	FORMA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	TOTAL	UNID.
1.1	83572	SINAPI	ENCARGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		1,50	mds
			ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS	$3,00 \times 50,000 =$	1,50	mds
1.2	90777	SINAPI	ENCARGADO CIVIL DE OBRAS JUNTOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		48,00	E
			ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS	$3,00 \times 2,00 \times 8,00 =$	48,00	E
2.1	104789	SINAPI	REMOÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AN 09/2023		29,67	M3
			REMOÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO INTERNA	$412,89 \times 0,07 =$	28,90	M3
			REMOÇÃO PISO NA BASE DOS MÓDULOS	$0,60 \times 3,00 \times 0,05 =$	0,09	M3
			REMOÇÃO DE PISO NA ESCADA DE EMERGÊNCIA	$2,40 \times 2,80 \times 0,05 =$	0,34	M3
			REMOÇÃO DA PAREDE DE REDEIRA	$1,20 \times (4,25 + 1,65) \times 0,05 =$	0,34	M3
2.2	21	UNAS	REMOÇÃO DE REDEIRA EM ALÇOFURA INTERNA		31,00	M
			REMOÇÃO DE REDEIRA EM ALÇOFURA INTERNA	$31,00 =$	31,00	M
2.3	97622	SINAPI	REMOÇÃO DE ALVENARIA DE REDEIRA FORMADA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AN 09/2023		3,45	M3
			BASE DA GRADIL INTERNA	$(17,69 \times 0,20) \times 0,50 + (0,89 \times 1,50 + 1,57 \times 0,40) \times 0,15 =$	1,25	M3
			ALVENARIA DE PAREDE POSTERIOR	$(2,20 \times 1,60) \times 0,30 =$	1,06	M3
			CANTARELO	$(1,55 \times 0,30) \times 0,15 =$	0,07	M3
			JANELAS DE ALVENARIA	$3,00 \times (1,50 \times 0,50) \times 0,15 =$	0,34	M3
			BASE DAS PAREDES DO MÓDULO A BARRICA DA VENTILADORA	$(10,30 \times 0,20) \times 0,20 =$	0,41	M3
2.4	97631	SINAPI	REMOÇÃO DE ALVENARIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AN 09/2023		35,68	M3
			REMOÇÃO DE REDEIRA NA ENTRADA PROTEGIDA	$22,40 \times 1,60 \times 50,000 =$	18,06	M3





CONTRATAÇÃO DE	ESPECIALIDADE	DIREÇÃO DA 2ª REGIÃO DA
REFORMA E REDECA	DA PREFEITURA	DEPARTAMENTO DE
AMPLIAÇÃO DE	DEPARTAMENTO	DEPARTAMENTO DE
CONDIÇÕES	CATEGORIA	
CONDIÇÕES	RUA EMACIO DELIX DE OLIVEIRA, 125, 03	
CONDIÇÕES	NÃO DESCRITO	

MEMORIAL DE CÁLCULO

DEMOIÇÃO DE BARRIO NA URBAMA BOQUEIRÃO

				$22,80 \times 1,40 =$	31,92	M2
2.5	97645	ORÇÃO	DEMOIÇÃO DE CAMELÔ, DE FORMA PARCIAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AP 03/2022		1,80	M2
			JANELA DE ALUM	$1,50 \times 1,20 =$	1,80	M2
2.4	4642	ORÇÃO	DEMOIÇÃO DE ESCADARIA METÁLICA, COM OU SEM REAPROVEITAMENTO VER. 01 - 03/2022		49,94	M2
			GRADE FUNDADA	$12,00 \times 1,30 + 17,35 \times 1,60 + 0,89 \times 0,40 =$	44,14	M2
			POSTO BOQUEIRÃO	$1,00 \times 1,60 =$	1,60	M2
2.7	4268	ORÇÃO	DEMOIÇÃO DE MURTO, PORTA METAL, COM UTILIZAÇÃO DE METAL REUTILIZÁVEL		2,00	CMO
			FERRILHOS DO JARDIM FRONTAL	$2,00 =$	2,00	CMO
2.8	95524	SINAPI	DEMOIÇÃO DE BARRIO REPARTECIMENTO DE JARDIM DE ÁRVORES COM DIÂMETRO MÁXIMO DE 0,20 M E MENOR QUE 0,40 M. AP 03/2021		2,00	CMO
			FERRILHOS DO JARDIM FRONTAL	$2,00 =$	2,00	CMO
2.9	100205	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL COM JARDOEIRO DE 01 E. DE MASSA CORADA (UNIDADE: M3/M3), AP 07/2015		1,10	M3/M3
			ITEM 2.1	$29,61 \times 1,40 \times 0,02 =$	0,83	M3/M3
			ITEM 2.2	$(21,00 \times 0,15 \times 0,30) \times 1,40 \times 0,02 =$	0,34	M3/M3
			ITEM 2.3	$3,46 \times 1,40 \times 0,02 =$	0,97	M3/M3
			ITEM 2.4	$(53,48 \times 0,03) \times 1,40 \times 0,02 =$	0,45	M3/M3
			ITEM 2.5	$(1,80 \times 0,03) \times 1,40 \times 0,02 =$	0,08	M3/M3
			ITEM 2.6	$(49,94 \times 0,03) \times 1,40 \times 0,02 =$	0,41	M3/M3
			ITEM 2.7	$(2,00 \times 3,00 \times 0,40 \times 0,40) \times 1,40 \times 0,02 =$	0,03	M3/M3
			ITEM 2.8	$(2,00 \times 1,00 \times 0,60 \times 0,60) \times 1,40 \times 0,02 =$	0,02	M3/M3
2.10	26	ORÇÃO	CONCRETO E CARGA MANTIDA DE ENCOFÓRMO		50,03	M3
			ITEM 2.1	$29,61 \times 1,40 =$	41,45	M3
			ITEM 2.2	$(21,00 \times 0,15 \times 0,30) \times 1,40 =$	1,95	M3
			ITEM 2.3	$3,46 \times 1,40 =$	4,84	M3
			ITEM 2.4	$(50,68 \times 0,03) \times 1,40 =$	2,14	M3





COMP. UNID. DE TRABALHO ESPECIALIZADA PARA ATIVIDADES DA 2ª CIP
RESPON. E ADEQUAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
202412/2020 - MEMORIAL DE PROJETO
CAIENEGUERA-PR
RUA TRAFICANTE ELLIDA DE OLIVEIRA, 225, CENTRO
NÃO DESCRITIVO

MEMORIAL DE PROJETO

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Unidade	
ITEM 2.5			$1,40 \times 0,03 = 1,40$	0,28	M	
ITEM 2.6			$45,94 \times 0,03 = 1,40$	0,67	M	
ITEM 2.7			$1,00 \times 3,00 \times 0,40 \times 3,40 = 1,40$	1,14	M	
ITEM 2.8			$1,00 \times 1,00 \times 0,60 \times 0,60 = 1,40$	1,01	M	
2.11	55674	TRANSFORME COM QUANTIDADE SUFFICIENTE DE 14 HP, EM VILA URBANA ENVIENHADA, ENT. AEE JC HP (UNIDADE: M3004), AP_27/2020		275,15	M3004	
		ITEM 2.13	$35,03 \times 8,00 =$	275,15	M3004	
2.2	10562	POSTE DESTRUTIVO COM 02 PÓRTULAS, EM AÇO GALVANIZADO COM DIÂMETRO EM VÍDEO TRANSPARENTES CILÍNDRICO, REF. TP-301/2, DA ALACIN OU SIMILAR, COM 3,00 M, INCLUSIVE LÂMBDULA VAPOR INSTALADO DE 150 W		6,00	UNO	
		ÁREA EXTERNA - CONFORME PROJETO ELÉTRICO		6,00 =	6,00	UNO
2.2	87007	LÂMPADA ARANDELA TIPO TERNOSIDA, DE SOBRESER, COM 1 LÂMBDULA 150 W E 3 M, SEM JEANOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AP_02/2020		6,00	UNO	
		ÁREA EXTERNA - CONFORME PROJETO ELÉTRICO		6,00 =	6,00	UNO
2.3	10174	LÂMPADA SOBRESER CILÍNDRICA 150 W, SEM JEANOS E TUBO DE SINTIAR		27,00	UNO	
		EDIFICAÇÃO - CONFORME PROJETO ELÉTRICO		45,00 =	45,00	UNO
		INSTALAÇÃO - CONFORME PROJETO ELÉTRICO		42,00 =	42,00	UNO
2.4		FITA DE LED SOBRESER DE 5000K COM 5000		25,20	M	
		INSTALAÇÃO - CONFORME PROJETO ELÉTRICO		$2,00 \times 2,00 =$	4,00	M
		PLACA		$5,00 \times 2,80 =$	14,00	M
		MANTO		$1,2 =$	7,20	M
2.5	10189	LÂMPADA TIPO APOC DE SOBRESER COM LÂMBDULA 150 W		27,00	UNO	
		EDIFICAÇÃO - CONFORME PROJETO ELÉTRICO		27,00 =	27,00	UNO
2.6	11107	LÂMPADA PENDENTE CILÍNDRICA, REF. 1110/2, SEM JEANOS		3,00	UNO	
		EDIFICAÇÃO - CONFORME PROJETO ELÉTRICO		3,00 =	3,00	UNO





CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E ADAPTAÇÃO DE PROJETOS PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DA MUNICIPALIDADE DE CAXAMBU - MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
CAXAMBU - MG
RUA INACIAE ESTER DE OLIVEIRA, 111 - CENTRO
NÃO DEBENTRADO

MEMORIAL DE CÁLCULO

3.7	10222	LOGRADU	EDIFICAÇÃO - CONTRATE PROJETO ESTRUTURAL	1,00	CMR
				1,00 = 1,00	UMC
3.4	09888	SITIO	CAIXA ENTERRADA ESTRUTURALIZADA, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,80x1,30x0,5 M. Nº 12/2020	2,00	CMR
			ÁREA EXTERNA - COLUTOR PARA A BARRA PÚBLICA	2,00 = 2,00	UMC
3.0	10222	SITIO	TUBO DE PVC BRANCO PARA REDE COLETORES DE RESÍDUO DOMICILIAR DE BARRIO PÚBLICO, EM 130 MM. JUNTA ELÁSTICA - ENDURECIDO E ARMENADO, Nº 01/2021	15,00	X
			ÁREA EXTERNA - COLUTOR PARA A REDE PÚBLICA	15,00 = 15,00	X
4.1					
4.1	1	CMR	FIBRA EM CONCRETO ORÇADO EM MRA E JUNTA FOCALIZADA, RELEVADO COM ARMADURA TIPO 1:3 (CIMENTO E AREIA)	473,16	M2
			PAVIMENTAÇÃO EXTERNA	412,89 = 412,89	M2
			PAVIMENTAÇÃO EXTERNA - ACRESCIMO DE ÁREA (LATERAL ESQUERDA)	38,29 = 38,29	M2
			PAVIMENTAÇÃO EXTERNA - DECREMENTO DE ÁREA (JARDIM POSTERIOR)	-14,05 = -14,05	M2
			BASE DOS MANGUEIS	0,60 x 3,00 = 1,80	M2
			ESCALA DE ENTRADA	2,47 x 2,80 = 6,92	M2
			MURTO DE ENTRADA	1,90 x (4,25 + 1,45) = 8,86	M2
4.2	10182	SITIO	FIBRA EM CONCRETO ORÇADO EM CALÇADAS DO FIBRA METERNO, Nº 05/2020	14,75	M2
			BORDA DE ENTRADA + SOLBEIRA	0,25 x 2,80 + 4,00 x (0,60 + 0,10) x 2,80 = 9,10	M2
			BORDA DO CONCRETO (INERTE DO CONCRETO)	0,20 x (2,00 x 3,20 + 2,00 x 2,45 + 2,95 + 2,50 + 2,65) = 3,48	M2
			BASE DOS MANGUEIS	0,70 x 3,70 = 2,57	M2
4.3	04275	SITIO	ARMADILHAMENTO DE AREIA (água-pis) EM CEBELO MOTO, COMPACTADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100x15x10 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA) - Nº 01/2024	31,00	X
			CALÇADA METERNO	31,00 = 31,00	X





EMPRESA	CONSTRUTORA DE OBRAS REPRESENTAR ESTRADA E ASSOCIACAO DA PROTECCAO	A BRUNCOAS DA	127 DA
ENDEREÇO	BOULEVARD MONTEPRINCE DA FAZENDA	CIDADE DE OLYMPIA	0-078
PAIS	PORTUGAL		
PROJETO	PAR. ENALCÃO VELHO DE OLIVEIRA. 222. 222222		
ESTADO	NÃO DESCRITIVO		

MEMORIAL DE CÁLCULO

5.1	142157	SITUAÇÃO	INSTALAÇÃO DE VIGIA LISO SEME, E = 0,50M. EM ESCADARIA DE MADEIRA, SIZADO COM BARRAS. AF_01/2019	1,32	M2	
			FECHAMENTO DE ABERTURA NOS BARRAS	$12,00 \times 0,80 \times 0,20 =$	1,92	M2
5.2	24570	SITUAÇÃO	OBRA DE ALINHAMENTO DE COBRE COM 2 PÓLIS PARA VIDROS, COM VIDROS, BARRAS, ACABAMENTO COM ACETATO DE ETILÉNICO E PREENCHIMENTO. ENCLÓSURA ANTENAS E CONTRABALÇO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_12/2019	4,04	M2	
			007 (ALUMINIO)	$3,00 \times 0,50 \times 1,20 =$	0,75	M2
			003 (ZINCO)	$1,50 \times 1,20 =$	1,80	M2
5.3	09810	SITUAÇÃO	OBRA-COBRIMENTO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M DE ALTEZA, COM BARRAS DE AÇO DE 1,1/2, ESTACADAS DE 1,20M, TRAVESSAS SUPERIORES DE 2, UNIDADE MONTADA POR BARRAS CANTAS EM BARRAS DE 32x4,00M, SIZADO COM UNIDADES MECANICAS. AF_04/2019_P3	17,95	M	
			RAMPAS DE ENTRADA	$4,75 + 2,00 - 1,00 - 1,20 =$	12,55	M
			ESCALA DE ENTRADA	$2,00 \times 2,70 =$	5,40	M
5.4	44855	SITUAÇÃO	COBERTURA SINGULA, DIÁMETRO INTERNO = 2 (1/2), DE AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_P5	5,20	M	
			ESCALA PARA 1º ANDAR	$2,00 \times 2,60 =$	5,20	M
5.5	4716	OBRA	GRADE EM ESTRELA	64,95	M2	
			BRANCO FRONTAL	$31,30 \times 1,80 =$	49,60	M2
			PORTÃO POSTERIOR	$3,70 \times 1,80 =$	6,62	M2
6.1	24213	SITUAÇÃO	FECHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMINIO E = 0,50M. COM ATÉ 2 LAGAS, TUBOS DE DRENAGEM. AF_07/2019	323,75	M2	
			ÁREA TOTAL DA COBERTURA	$374,95 =$	324,07	M2
			DEBENTOS DA CALDA D'ÁGUA	$4,00 \times 2,30 =$	-11,20	M2





CONTRATAÇÃO DE TERÇA ESPECIALIZADA PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE VIBRAÇÃO E ACOPLAMENTO DE PRESENTES MUNICIPAIS DE CATARINA - SC	
20241722008 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA	
CATARINENSES-PP	
RUA EDUARDO TELLES DE OLIVEIRA, 125, CENTRO	
NÃO DESCONTADO	

MEMORIAL DE CÁLCULO

6.2	98506	UNIDADE	INDIVIDUALIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ÁREA ASPALTADA, UMA CARRADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMEIRA ASPHALTICA. 6-4000 AF 09/2023	82,20	M2	
ÁREA TOTAL DE CARRAS				(26,00 + 31,25 + 8,75) x (0,30 + 2,00 x 0,20) =	32,20	M2
6.3	94231	UNIDADE	TRABALHO DE CARRA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24. CORTA DE 25 CM. INCLUSO TRANSPORTA VERTICAL. AF_07/2013	77,25	M	
PRESTIÇO SEM CARRAS				7,00 + 3,00 + 5,00 + 0,45 + 1,00 + 20,10 + 8,90 x 2,00 + 3,75 x 2,00 + 11,00 =	77,25	M
6.4	101090	UNIDADE	CARRAS (TRABALHO) DE AÇO GALVANIZADO, CORTA 25. AF_11/2020	105,20	M	
RESUMO TOTAL				105,20 =	105,20	M

RELEVÂNCIA DE SERVIÇOS E MATERIAIS

7.1	98506	UNIDADE	TRABALHO DE CARRAS (TRABALHO) DE AÇO GALVANIZADO, CORTA 25. AF_11/2020	578,47	M2	
VANTAGEM						
PLATIFORMA				105,20 x 1,00 =	105,20	M2
ÁREA DO 1º PAVIMENTO				105,20 x 3,10 =	326,12	M2
DESCONTO DE ESCORREGAS 1º PAVIMENTO				77,25 =	-77,25	M2
ÁREA DO ARRABO				25,16 x 2,50 =	62,95	M2
ÁREA DO TERREO				81,70 x 2,50 =	204,25	M2
DESCONTO DE ESCORREGAS				20,31 =	-20,31	M2
DESCONTO DE REBARBAS				81,92 =	-81,92	M2
MATERIAS				(23,50 x 1,60 x 2,00 + 22,50 x 1,80 + 27,50 x 3,90) =	217,34	M2
DESCONTO DE REVESTIMENTO EM PEDRA				157,41 =	-157,41	M2
7.2	94231	UNIDADE	TRABALHO DE CARRA DE AÇO GALVANIZADO, CORTA 25. AF_11/2020	578,47	M2	
VANTAGEM						
PLATIFORMA				105,20 x 1,00 =	105,20	M2
ÁREA DO 1º PAVIMENTO				105,20 x 3,10 =	326,12	M2
DESCONTO DE ESCORREGAS 1º PAVIMENTO				77,25 =	-77,25	M2
ÁREA DO ARRABO				25,16 x 2,50 =	62,95	M2
ÁREA DO TERREO				81,70 x 2,50 =	204,25	M2
DESCONTO DE ESCORREGAS				20,31 =	-20,31	M2





EMPRESA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DE REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO PRAÇA MUNICIPAL DE MATÃO/SÃO PAULO
PROPOSTA Nº	2024/12770000 - MINISTERIO DA FAZENDA
CATEGORIA	CATINQUEIRA-08
ENDEREÇO	RUA INACIO LEEON DE OLIVEIRA, 129, CENTRO
VALOR ORÇAMENTÁRIO	

MEMORIAL DE CÁLCULO

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Unidade
	DESCONTO DE AMOLADORAS		R\$ 0,00 =	-11,02	M2
	MURINHOS	23,30 x 1,80 x 2,00 + 23,50 x 1,80 + 27,30 x 1,60	=	211,38	M2
	DESCONTO DE REVESTIMENTO EM PEDRA		157,41 =	-157,41	M2
7.3	134642	STRAPZ	PINTURA LÁZEX ACRÍLICA SÓLIDA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, OTRAS DEBORA, AF_04/7/23		514,47 M2
	PISTONA RITEXTRA				
	PLANTAJADA	105,20 x 1,00 =	105,20	M2	
	ÁREA DO 1º PAVIMENTO	145,20 x 3,10 =	326,12	M2	
	DESCONTO DE ESQUADRIAS 1º PAVIMENTO		17,05 =	-17,05	M2
	ÁREA DO ARQUIVO	25,70 x 2,50 =	64,25	M2	
	ÁREA DO TÉRREO	81,70 x 2,50 =	204,25	M2	
	DESCONTO DE ESQUADRIAS		20,32 =	-20,31	M2
	DESCONTO DE ABERTURAS		81,92 =	-81,92	M2
	MURINHOS	(23,50 x 1,60 x 2,00 + 23,50 x 1,80 + 27,30 x 1,60) =	211,38	M2	
	DESCONTO DE REVESTIMENTO EM PEDRA		157,41 =	-157,41	M2
7.4	109127	STRAPZ	PINTURA PUNDO NIVELADA ALGODÃO BRANCO EM MADEIRA, AF_01/2021		66,24 M2
	PAREDES E FORNOS DE MADEIRA	12,00 x (0,80 x 2,50) x 3,00 =	66,24	M2	
7.5	102219	STRAPZ	PINTURA PUNDO DE ACABAMENTO (PIMENTADA) ZANBATO SINTÉTICO ACABADO EM MADEIRA, 2 UNIDADES, AF_01/2021		66,24 M2
	PAREDES E FORNOS DE MADEIRA	12,00 x (0,80 x 2,50) x 3,00 =	66,24	M2	
7.6	106741	STRAPZ	PINTURA COM PUNDO ACABADO DE ACABAMENTO ZANBATO SINTÉTICO ACABADO, POLVERIZADA SOBRE INSMANFUTOS METÁLICAS (SICRIS) INSTALADO EM CASA (DOB DEBORA), AF_01/2020_08		111,04 M2
	GRADE FRONTAL	31,00 x 1,60 x 2,00 =	99,20	M2	
	MURÃO POSTERIOR	3,70 x 1,60 x 2,00 =	11,84	M2	
7.7	2	CPD	REVESTIMENTO DE PAREDE COM PEDRA TRACOLONY, APÓDICA COM ARRABANÇAS INDUSTRIALIZADA AC-II, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE RESINA ACRÍLICA		157,41 M2
	FRONTAL 1	(1,10 + 2,25) x 1,10 + 1,10 x (2,60 + 2,25) =	50,07	M2	
	RESONDO - FRONTAL 1	0,80 x 2,50 x 2,00 + 0,50 x 1,80 x 2,00 + 2,25 x 0,40 x 2,00 =	-7,64	M2	
	FRONTAL 2	14,10 + 2,80 x 6,20 =	42,18	M2	





INFORMAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DA PLATAFORMA DE PROPOSTAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
21241770001 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
CAPILANCIAS
RUA INACIO FELIX DE OLIVEIRA, 125, CENTRO
NÃO RESPONDEU

MEMORIAL DE CÁLCULO		MT	CM
	DESCRIÇÃO - FRENTEAL 2	2,25 x 0,40 = 2,00 =	1,80
	PORTAL 1	4,40 x 4,20 =	27,28 M2
	DESENDO 2	6,00 x 4,05 =	39,30 M2
	DESENDO 2	1,50 x 1,50 =	-2,25
7.0	101490	ALCANTARAS	PISTINA DE NÍO-TIO COM ZONA BRANCA A BARRA DE CAL (CALAÇÃO). AP 05/2021
			31,00 M
			CALÇADA FRONTAL
			31,00 = 31,00 M

MEMORIAL DE CÁLCULO		MT	CM
8.1	103946	ALCANTARAS	PLANTIO DE GRAMA ESPALDA DO CÃO CADETE DO COMPLEXO, DE 100M ² . AP 07/2024
			74,70 M2
			ÁREA DE VEGETAÇÃO - CONFORME PROJETO
			14,30 + 40,30 + 14,00 = 74,70 M2
8.2	13741	ALCANTARAS	PLANTIO DE MANGUEIRA VICINIA, 03,00M, FORMIGUEIRO E ALIADOS
			2,00 M2
			ÁREA DE VEGETAÇÃO - CONFORME PROJETO
			2,00 = 2,00 M2
8.3	98509	ALCANTARAS	PLANTIO DE ARBÓREO DO CANTO VIVA. AP 07/2024
			20,00 M2
			ÁREA DE VEGETAÇÃO - CONFORME PROJETO
			20,00 = 20,00 M2
8.4	12044	ALCANTARAS	GRADE EM AÇO INOX ESCOVADO/ POLIDO 45 X 25 CM - INSTALADO
			52,00 M2
			GRADE (CENTRO ADMINISTRATIVO DE SAÚDE AMÉRICO CESARINO BRANCO)
			52 = 52,00 M2
8.5	5	ALCANTARAS	GRADE EM AÇO INOX ESCOVADO/ POLIDO 40 X 30 CM - INSTALADO
			1,00 M2
			GRADE
			1,00 = 1,00 M2
8.6	99804	ALCANTARAS	PLANTIO DE MANGUEIRA VICINIA DO COMPLEXO BARRAGEM DEBENEFICAR MANGUEIRA E RECONSTRUÇÃO NATURAL. AP 04/2019
			627,00 M2
			ÁREA CONSERVADA
			627,00 = 627,00 M2
8.7	99818	ALCANTARAS	PLANTIO DE MANGUEIRA VICINIA DO CANTO VIVA. AP 04/2019
			669,00 M2





TIPO DE LICITAÇÃO	CONVOCATÓRIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE CAVALETEIRA-PA
CODIGO DE LICITAÇÃO	202412713009 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EMPRESA	CONSTRUTORA SA
ENDEREÇO	RUA INACIO FELIX DE OLIVEIRA, 125, CENTRO
CNPJ	040.999.999

MEMORIAL DE CÁLCULO

ANEXO

464,94 = 464,94

02

WELLIGTON FELIPE
BEZERRA GOMES

Assinado de forma digital por
WELLIGTON FELIPE BEZERRA GOMES
Dados: 2024.10.11 12:53:40 -03'00'





EMPRESA:	EMPRESA DE ENERGIA REGULADA PARA E	DA 2ª ETAPA DA REFORMA E ADAPTAÇÃO DA PRECATORIA MUNICIPAL DE	PIETRA-ES
ENDEREÇO:	RUA DEBILDO - NÚMERO 04 - PIETRA-ES		
CNPJ:	00.000.000/0000-00		
CEP:	95.000-000		
UF:	ES		
MUNICÍPIO:	PIETRA-ES		

BCI SEM DESEMBOLÇO

CUSTOS DIRETOS EM OUTROS (OD)		
Discriminação dos custos diretos (OD) que repercutem em serviços essenciais (OE)		
		Porcentagem adotada (%)
2.1	Custo de Administração Central - AC	4,75%
2.2	Taxa de Seguros e Garantias - SG	0,20%
2.3	Taxa de Risco - R	1,27%
2.4	Taxa de Despesas Financeiras - DF	1,31%
CUSTOS INDIRETOS (OI)		
Discriminação dos custos indiretos (OI)		Porcentagem adotada (%)
3.1	Custos Tributários Total (T)	5,55%
3.1.1	Tributos Federais	3,55%
3.1.2	Tributos Estaduais	0,00%
3.1.3	Tributos Municipais	2,00%
3.2	Taxa de Lucro/Remuneração (L)	0,18%
$BCI = [(2+AC+SG+R) \times (1+DF) \times (1+L) / (1-I)] - 1$		
TAXA DE DESEMBOLÇO DO BOM VALORIZADO:		24,19%

WELLIGTON FELIPE BEZERRA GOMES
 Assinado de forma digital por
 WELLIGTON FELIPE BEZERRA GOMES
 Data: 2024.01.12 12:51:56 -03'00'





OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA PRESEÇA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PE
NUMERO:	202412770009 - MINISTERIO DA FAZENDA
MUNICÍPIO:	CATINGUEIRA-PE
ENDEREÇO:	RUA INACIO FELIX DE OLIVEIRA, 125, CENTRO
TIPO DE LICITAÇÃO:	NÃO DESCOMERADO

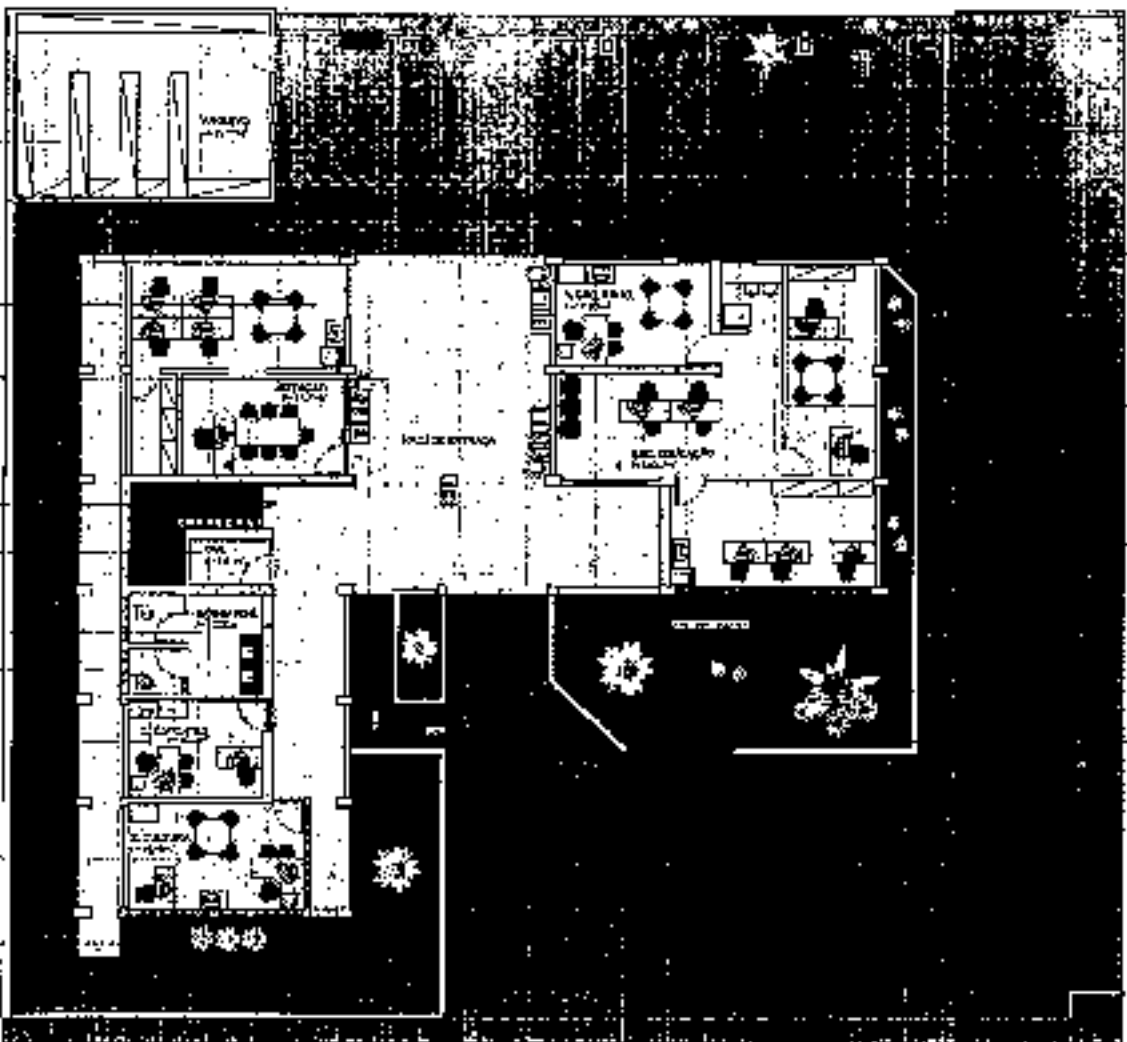
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OBRAS	VALOR	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 15.251,55	R\$ 15.251,55 100,00%		
2	DEMOLIÇÕES	R\$ 13.728,64	R\$ 13.728,64 100,00%		
3	INSTALAÇÕES	R\$ 26.518,40	R\$ 2.466,21 9,30%	R\$ 24.052,19 90,70%	
4	DIÇOS	R\$ 57.082,31	R\$ 57.082,31 100,00%		
5	ESQUADRIAS	R\$ 35.203,65		R\$ 2.781,09 7,90%	R\$ 32.422,56 92,10%
6	COBERTURA	R\$ 40.637,05		R\$ 40.637,05 100,00%	
7	REVESTIMENTOS E PINTURAS	R\$ 105.417,28		R\$ 33.607,02 31,88%	R\$ 71.810,24 68,12%
8	SERVIÇOS FINAIS	R\$ 22.748,99			R\$ 22.748,99 100,00%
TOTAL			R\$ 88.526,71 27,96%	R\$ 101.077,35 31,93%	R\$ 126.981,79 40,11%
ACUMULADO			R\$ 00.520,71 27,96%	R\$ 189.606,06 59,89%	R\$ 316.507,85 100,00%

WELLIGTON FELIPE BEZERRA GOMES
Assinado de forma digital por WELLIGTON FELIPE BEZERRA GOMES
Dados: 2024.10.11 12:53:14 -05'00'



1. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 2. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 3. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 4. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 5. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 6. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 7. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 8. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 9. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 10. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE




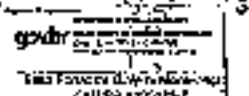
1. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 2. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 3. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 4. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 5. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 6. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 7. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 8. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 9. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE
 10. OBRAS DE REFORMA E CONVERSÃO DE

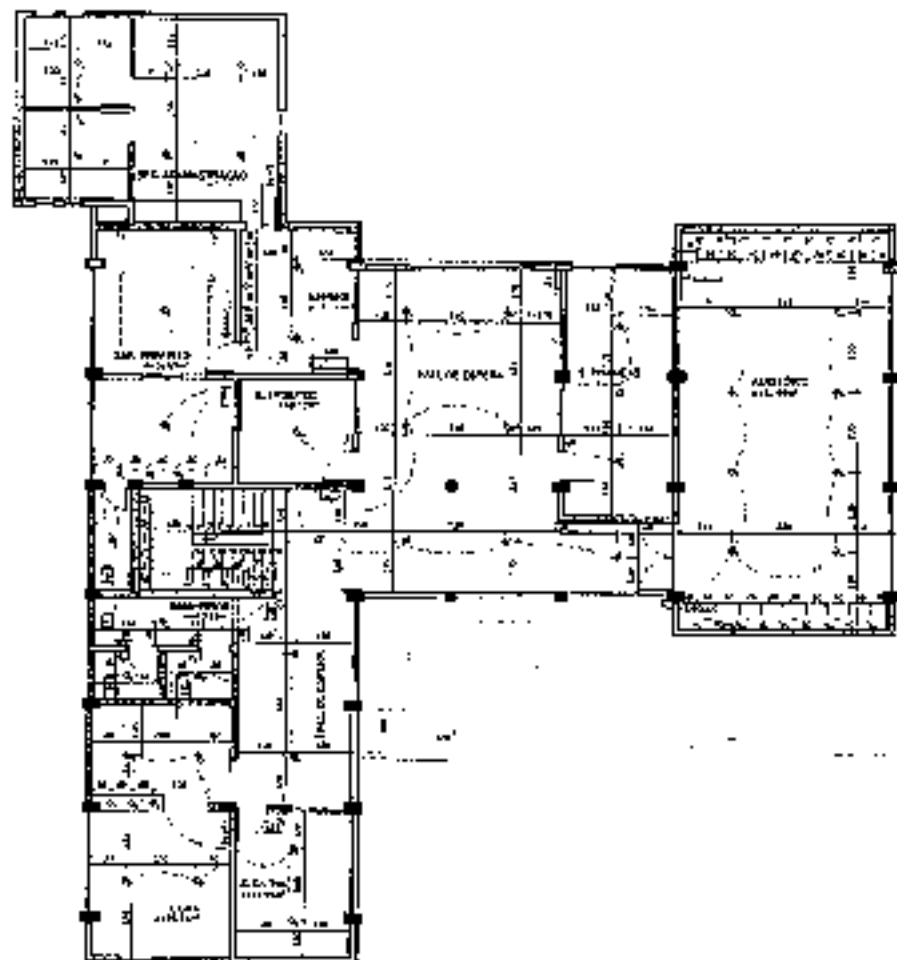
PLANTA PLANEJADA E CONCRETADA
 PARA REFORMA E CONVERSÃO DE
 1:50
 2023

ANOTAÇÕES

- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, PRumos E NÍVEIS IN LOCO
- QUALQUER ALTERAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE, CONTATAR A ARQUITETA
- COTAS EM METROS
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COM ORTO
- MÉDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO



PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA		
Tipo: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS	Data: 15/08/2023	Folha: 01 de 01
Autor: Arquiteta	Nome: PLANTA PLANEJADA E CONCRETADA - PAV. 1º FLOOR	Escala: 1:50
Endereço: Rua 15 de Novembro, s/nº Centro, Dourados - MS, CEP: 79100-000		
Assinatura: 		
Carimbo: 		



PLANTA DE PONTOS ELÉTRICOS E LUMINÁRIAS - 1º ANDAR - 100% - 10/10/2000

RENDIMENTO ATÍPICO - PAV. SUPERIOR

1. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

2. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

3. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

4. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

5. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

6. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

7. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

8. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

9. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

10. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

11. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

12. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

13. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

14. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

15. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

16. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

17. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

18. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

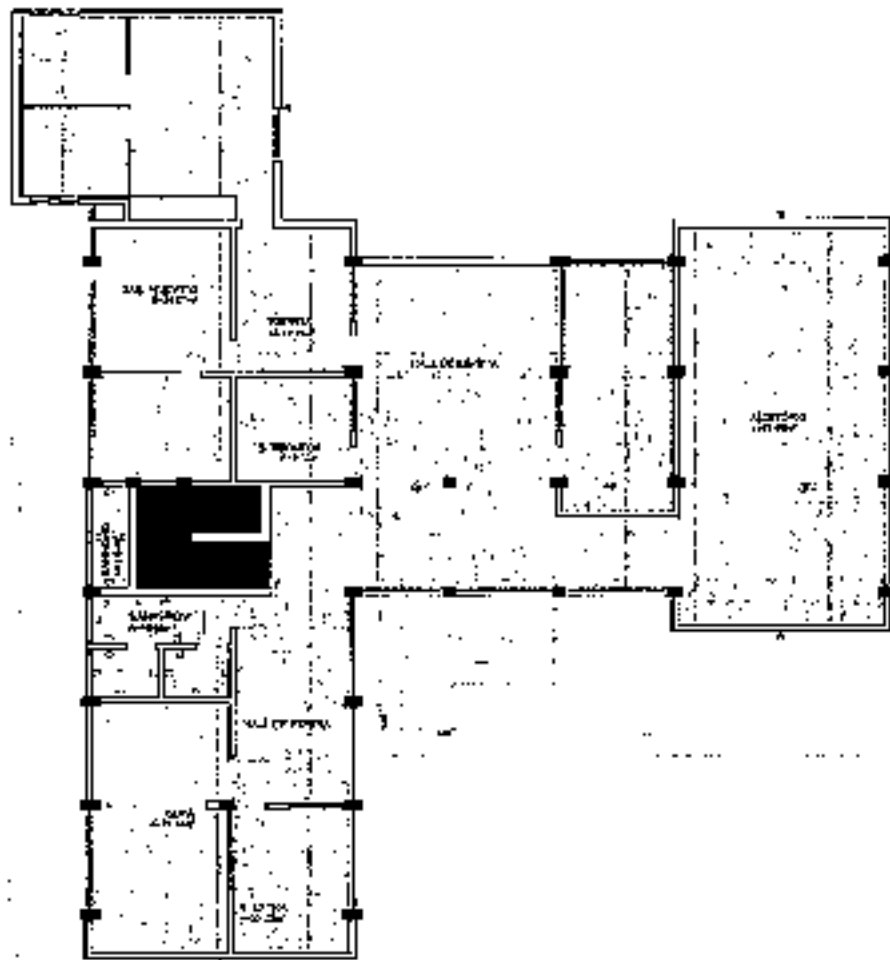
19. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

20. PONTO DE LUMINÁRIO (LUMINÁRIO) - 100% - 10/10/2000

- ANOTAÇÕES**
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, PRUMOS E NÍVEIS IN LOCO
 - QUALQUER ALTERAÇÃO OU INCOMPATIBILIDADE, CONTATAR A ARQUITETA
 - COTAS EM METROS
 - ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO
 - MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO



PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA		
Projeto: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO	Arquiteto: [Assinatura]	Escala: 1:50
Execução: [Assinatura]	Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO	Data: 10/10/2000
Local: PLANTA DE REFORMA - PAV. SUPERIOR	Projeto: [Assinatura]	Arquiteto: [Assinatura]
Endereço: [Assinatura]	Projeto: [Assinatura]	Arquiteto: [Assinatura]
Telefone: [Assinatura]	Projeto: [Assinatura]	Arquiteto: [Assinatura]



PLANTA PARCIAL DE FUGA DE FUMOS

DIAGRAMA DE REVESTIMENTOS - PAV. SUPERIOR	
□	REVESTIMENTO EM ALUMÍNIO ANODADO 100x100x3mm (PISO) - 100x100x3mm (PAREDES) - 100x100x3mm (TETO) - 100x100x3mm (PORTAS) - 100x100x3mm (JANELAS) - 100x100x3mm (CORREDORES) - 100x100x3mm (SALA DE REUNIÃO) - 100x100x3mm (SALA DE ESTUDO) - 100x100x3mm (SALA DE TRABALHO) - 100x100x3mm (SALA DE AULAS) - 100x100x3mm (SALA DE EXIBIÇÃO) - 100x100x3mm (SALA DE ARMAZENAGEM) - 100x100x3mm (SALA DE SERVIÇOS) - 100x100x3mm (SALA DE ALMOOÇO) - 100x100x3mm (SALA DE REPOZICIONAMENTO) - 100x100x3mm (SALA DE DESCANSO) - 100x100x3mm (SALA DE VESTIÁRIO) - 100x100x3mm (SALA DE BANHEIRO) - 100x100x3mm (SALA DE TOILETE) - 100x100x3mm (SALA DE COZINHA) - 100x100x3mm (SALA DE LAVABO) - 100x100x3mm (SALA DE DUCHA)
△	REVESTIMENTO EM ALUMÍNIO ANODADO 100x100x3mm (PISO) - 100x100x3mm (PAREDES) - 100x100x3mm (TETO) - 100x100x3mm (PORTAS) - 100x100x3mm (JANELAS) - 100x100x3mm (CORREDORES) - 100x100x3mm (SALA DE REUNIÃO) - 100x100x3mm (SALA DE ESTUDO) - 100x100x3mm (SALA DE TRABALHO) - 100x100x3mm (SALA DE AULAS) - 100x100x3mm (SALA DE EXIBIÇÃO) - 100x100x3mm (SALA DE ARMAZENAGEM) - 100x100x3mm (SALA DE SERVIÇOS) - 100x100x3mm (SALA DE ALMOOÇO) - 100x100x3mm (SALA DE REPOZICIONAMENTO) - 100x100x3mm (SALA DE DESCANSO) - 100x100x3mm (SALA DE VESTIÁRIO) - 100x100x3mm (SALA DE BANHEIRO) - 100x100x3mm (SALA DE TOILETE) - 100x100x3mm (SALA DE COZINHA) - 100x100x3mm (SALA DE LAVABO) - 100x100x3mm (SALA DE DUCHA)
▲	REVESTIMENTO EM ALUMÍNIO ANODADO 100x100x3mm (PISO) - 100x100x3mm (PAREDES) - 100x100x3mm (TETO) - 100x100x3mm (PORTAS) - 100x100x3mm (JANELAS) - 100x100x3mm (CORREDORES) - 100x100x3mm (SALA DE REUNIÃO) - 100x100x3mm (SALA DE ESTUDO) - 100x100x3mm (SALA DE TRABALHO) - 100x100x3mm (SALA DE AULAS) - 100x100x3mm (SALA DE EXIBIÇÃO) - 100x100x3mm (SALA DE ARMAZENAGEM) - 100x100x3mm (SALA DE SERVIÇOS) - 100x100x3mm (SALA DE ALMOOÇO) - 100x100x3mm (SALA DE REPOZICIONAMENTO) - 100x100x3mm (SALA DE DESCANSO) - 100x100x3mm (SALA DE VESTIÁRIO) - 100x100x3mm (SALA DE BANHEIRO) - 100x100x3mm (SALA DE TOILETE) - 100x100x3mm (SALA DE COZINHA) - 100x100x3mm (SALA DE LAVABO) - 100x100x3mm (SALA DE DUCHA)

ANOTAÇÕES

- CONFERIR MEDIDAS, ADERTURAS, PROFUNDOS E NÍVEIS IN LOCO
- QUALQUER ALTERAÇÃO OU INCOMPATIBILIDADE, CONTATAR A ARQUITETA
- COTAS EM METROS
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO



PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA

PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA
PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA
PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA
PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA	PROJETO DE REFORMA - SEDE DA PREFEITURA





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA.

1.1. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da 2ª etapa da reforma e adequação da sede administrativa da prefeitura municipal de Cattingueira-PB, através da emenda federal nº 202412770009 - MINISTÉRIO DA FAZENDA.

1.2. Justificamos a escolha desta contratação, mediante procedimento adequado para execução de obras e serviços comuns de engenharia.

1.3. A deflagração desta licitação comina em recebimento de recursos do governo federal provocada pela administração, gestor municipal, a fim de desenvolver ações da infraestrutura, trazer acessibilidade, continuar o plano de desenvolvimento municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "b" da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do memorial descritivo, projeto orçamentário, planilha de cálculos, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Tendo em vista a existência de projetos executivos e básico, poderá dispensar o Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 58, § 3º da Lei 14.133/21.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea "d" da Lei nº 14.133/21)

3.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada como requisito previsto em lei especial.

3.2. Não será admitida a subcontratação de todo o objeto contratado.

3.3. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021).

4.1. O prazo de execução dos serviços será de até 12 (doze) meses, com início na data de assinatura do contrato, tendo em vista estar próximo do termo do ano calendário e não ser viável prever que seja concluída a obra neste exercício, bem como, por se tratar de serviço continuados poderá ultrapassar de um exercício para outro.

4.2. Os serviços serão prestados no em endereço definido no projeto executivo.

4.3. O contrato será empacitado por PREÇO GLOBAL.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21).

5.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

5.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

5.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

5.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

5.1.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à



execução do contrato, determinando o que foi necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.1.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

5.1.7. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

5.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.1.15. A nota fiscal deverá estar acompanhada de nota fiscal.

5.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

5.1.17. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.1.18. Nos termos do item I, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SIBGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



- 5.1.18.1. Não produziu os resultados acordados;
- 5.1.18.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 5.1.18.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. DO RECEBIMENTO

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante boletim de medição, sendo recebido em sua totalidade mediante termo de finalização de obra, formalizado pela contratada em papel timbrado, em duas vias, protocolando na administração.

6.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados do secretário, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arretratos, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final do faturamento, os fiscais, técnicos, do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.6. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos de imediato, a contar da notificação da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.9. Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Boletim de Medição de (BM), ou instrumento substituto.



6.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Secretaria de Infraestrutura



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua participação e habilitação no processo licitatório CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º. 00004/2024, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores de qualquer procedimento punição.

Local.....UF, _____ de _____ de 2024.

CARIMBO E ASSINATURA



ANEXO III – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MÃO DE OBRA DE MENOR DE 18 ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto na lei 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Cidade / data.

Carimbo e assinatura



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

REF.: CONCORRENCIA Nº 004/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

1.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da CONCORRENCIA Nº 004/2024 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRENCIA Nº 004/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do CONCORRENCIA Nº 004/2024 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do CONCORRENCIA Nº 004/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRENCIA Nº 004/2024 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do CONCORRENCIA Nº 004/2024 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da CONCORRENCIA Nº 004/2024 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da CONCORRENCIA Nº 004/2024 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de CATINGUEIRA antes da abertura oficial das propostas;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

CARIMBO E ASSINATURA



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA DO LOCAL DA OBRA

Prefeitura Municipal de Catingueira-PB

Declaramos, sob as penas da lei, que tomamos conhecimento de todas as condições e local da execução da obra objeto do edital da CONCORRENCIA Nº 0004/2024 onde não encontramos situações ou condições de trabalho em desacordo com a Planilha de Quantidades e Preço, estando portanto, ciente das condições físicas locais para o cumprimento do objeto da licitação.

Local e data...../...../2024

Carimbo e Assinatura



A N E X O VI – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE MANTERA PROFISSIONAL NA OBRA

CONCORRENCIA Nº 004/2024

Declaração de que manterá na obra e/ou serviço, em tempo integral, o profissional, o Sr....., CRA nº....., indicado na certidão CREA pessoa jurídica, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura municipal de Cattingueira-PB.

Local e data,.... /..... /2024

Carimbo e Assinatura da empresa

Carimbo e Assinatura do responsável técnico



ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAMOS, sob as penas da lei, para fins do processo licitatório CONCORRENCIA Nº 00004/2024, que não estamos sob qualquer declaração de INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e data...../...../2024

Carimbo e Assinatura



**ANEXO - VIII - DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SOCIOS ADMINISTRADOR
SERVIDOR PÚBLICO**

DECLARAÇÃO

A empresa,, inscrita no CNPJ Nº
....., sediada na rua, cidade, por intermédio
de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA** que não possui em seu
quadro societário ADMINISTRADOR servidor público da ativa, empregado de empresa pública e
de sociedade de economia mista.

....., de de 2024.

Carimbo e assinatura



ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA - Nº/2024

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CATINGUEIRA-PB E - CNPJ Nº,
CONFORME DISCRIMINADO NESTE
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

O Município de CATINGUEIRA, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada à Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n centro, CATINGUEIRA- Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 08.885.287/0001-96, representada neste ato pelo Senhor Prefeito municipal **SUELIO FELIX DE ALENCAR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João Leite s/n centro, na cidade de Cattingueira-PB, portador do CPF: (MF) nº 027.939.584-17, RG Nº 58.706.818-8, SSP/SP, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º com sede nan.º, Bairro, CEP, na cidade de, neste ato representado por, Sr(a)., CPF n.ºe do RG n.º, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm justos e contratados o presente contrato entre si, de acordo com o EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0004/2024 na melhor forma de direito, conforme Lei n.º 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução da 2ª etapa da reforma e adequação da sede administrativa da prefeitura municipal de Cattingueira-PB, através da emenda federal nº 202412770009 - MINISTÉRIO DA FAZENDA.

1.2. A obra será desenvolvida segundo especificações técnicas constantes no projeto que acompanha o processo, como se aqui estivesse reproduzido, que é composto dos documentos que seguem.

- a) Projeto Arquitetônico;
- b) Memorial Técnico Descritivo;
- c) Planilha de Orçamento Global;
- d) Cronograma Físico-Financeiro.
- e) Composição de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes nos projetos básicos, os quais compõem memorial descritivo, planta baixa, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitação do qual este contrato decorre.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR



3.1. O valor deste instrumento para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de RS.....(.....), conforme PROPOSTA DE PREÇOS adjudicada, executadas de acordo com os Cronogramas Físico-Financeiros.

4. CLAUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento se realizará por etapa de acordo com o desembolso de operação de crédito realizada através de convênio, bem como nos termos da medição do evento previsto no (s) projeto (s) da Administração, anexo ao edital.

4.2. A empresa contratada ficará obrigada a comprovar a adimplência com os encargos "trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais", sob pena de não recebimento do valor devido pela execução dos serviços, nos termos do art. 121, § 3º, inciso II da Lei 14.133/2021.

4.3. O setor financeiro desta prefeitura, somente, realizará pagamento de medições(s) executadas mediante demonstração da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da obra, mediante os seguintes documentos:

- a) Registro de ponto;
- b) Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) Comprovante de depósito do FGTS;
- d) Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

4.4. Os documentos acima serão indispensáveis e ficaram arquivados no procedimento de pagamento, setor de finanças desta prefeitura, nos termos do art. 50, incisos I a VI da Lei 14.133/2021.

4.5. Quando persistir o inadimplemento, por parte da empresa contratada, a contratante poderá tomar medidas para assegurar o adimplemento, conforme previsto nos incisos III, IV e V do § 3º, art. 121 da Lei 14.133/2021.

4.6. Os pagamentos dos serviços oriundos deste contrato ficam condicionados à apresentação pela CONTRATADA das cópias da GFIP/SEFIP com a relação dos empregados, conforme competência, com respectivo comprovante de quitação e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT válida, a fim de que seja comprovado o recolhimento das contribuições previdenciárias, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, que será emitida quando solicitada pelo setor responsável, atendendo aos dados informados na solicitação, como número do contrato de repasse (se houver), número do empenho, número do contrato, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a secretaria municipal ordenadora da contratação do objeto entender necessários, bem como a Certidão Negativa de Dívida Federal e da Dívida Ativa da União.

4.7. Com base no § 1º, do Art. 31 da Lei nº 8.212/91, fica ressalvado o direito regressivo do CONTRATANTE contra o executor do serviço e, ainda, admitida a retenção das obrigações previdenciárias decorrentes do presente contrato.

4.8. Apresentação da matrícula de inscrição da obra junto ao INSS, através de certidão Cadastro Nacional de Obras (CNOB).

4.9. A empresa deverá emitir a nota fiscal eletrônica, devendo constar, obrigatoriamente, o



número do contrato de repasse, número do empenho, número do contrato administrativo, número da licitação, número do boletim de medição e demais dados que a CONTRATANTE entender necessários.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

- 5.1. O prazo de execução da obra será de 90 (noventa) dias, a partir da ordem de serviços para início da obra, prorrogável até o limite permitido em lei e no edital do certame correspondente.
- 5.2. O Termo de Início dos serviços a ser fornecido pelo fiscal engenheiro do Município, no presente caso, salvo motivo de força maior ou caso fortuito perfeitamente justificável, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado para a conclusão dos serviços.
- 5.3. Caso houver suspensão do andamento da obra, o contrato também terá sua vigência suspensa.
- 5.4. O prazo de vigência deste contrato será de 12 meses contados de sua assinatura.
- 5.5. A vigência deste contrato poderá ser renovado no limite previsto na Lei 14.133/21, enquanto ainda não concluída toda a obra, sem prejuízo de apostilamento para adequações orçamentária quando transgredido exercício orçamentários.
- 5.6. Enquanto não realizado o termo de início da obra, o contrato, ainda que assinado, terá prazo de vigência suspenso.
- 5.7. Por ocasião do pagamento da última parcela, a CONTRATADA deverá apresentar a CND da referida obra.

6. CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

6.1. A dotação orçamentaria para empenho e adimplência da execução dos serviços, objeto do contrato, será a seguinte:

ORÇAMENTO PRÓPRIO:

07.000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

15.451.1008.1011 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA/ RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS.

14.90.51.99 OBRAS E INSTALAÇÕES

1.7063110 Transferências Especiais da União - emendas Individuais impositivas.

RECURSO FEDERAL:

Emenda federal nº 202412770009 - MINISTÉRIO DA FAZENDA.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE. O CONTRATANTE OBRIGA-SE A:

- 7.1. Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços.
- 7.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.
- 7.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato.
- 7.4. Liberar o local a serem executados os serviços, mediante documento licença ambiental para o bom andamento.
- 7.5. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.



B. CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

- 8.1. Realizar as instalações provisórias de água e energia elétrica (quando necessários), assim como arcar com as despesas de taxas de consumo, de serviço de segurança da obra, de suas instalações e seus equipamentos, durante a execução dos serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.2. Iniciar a obra, após expedida a liberação de início de execução pelo órgão competente tomada ciência pela prefeitura, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, sob pena das punições elencadas neste edital e no contrato.
- 8.3. Sempre que necessário ou solicitado pelo CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar os serviços prestados de forma a atender a legislação Federal e/ou Estadual, especialmente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as melhores técnicas praticadas e com pessoal capacitado, sem custo para o CONTRATANTE.
- 8.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa aprovação do CONTRATANTE.
- 8.5. Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.
- 8.6. Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 8.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas (regularidade fiscal, social e trabalhista), todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 8.8. Manter o(s) servidor (ES) do CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias, entregando a ele tutorial dos sistemas.
- 8.9. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;
- 8.10. Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- 8.11. Aceitar os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital, nos termos do art. 65, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.12. Garantir a efetiva assistência técnica necessária durante a execução dos serviços, conforme especificações próprias, e apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e CND (Certidão Negativa de débito) do INSS válidas, esta referente à mão de obra utilizada nos serviços, quando da conclusão da obra.
- 8.13. Realizar o cumprimento integral, de própria responsabilidade, dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do presente contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 8.14. Prestar garantia contratual de 5% do valor total do objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento, bem como mantê-la em renovação, se for o caso, em uma das opções delimitadas pelo art. 96, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.15. No caso de inadimplemento ou inexecução pela CONTRATADA e a prestação da garantia se der na modalidade de seguro-garantia, através de apólice.
- 8.16. Fazer cumprir as normas trabalhistas, empregando Equipamentos Proteção Individuais



(EPI), sempre fiscalizando os empregados.

8.17. Recolher as contribuições trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, obrigatoriamente, ser encaminhadas as comprovações, no ato do envio da nota fiscal, a qual vincular-se para o pagamento pela prefeitura.

9. CLÁUSULA NONA - DO DIÁRIO DA OBRA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter no canteiro de obras o relatório (Diário de obra) da obra, através do qual fará as anotações inerentes à execução dos serviços, bem como instalar placa de identificação dos recursos de financiamento da obra, conforme modelo a ser fornecido pelo CONTRATANTE.

9.2. Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa fiscal e gestor de contrato.

9.3. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, fazer a análise dos materiais, os quais deverão ser de primeira qualidade, usada com a aplicação da melhor técnica, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.

9.4. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado. No caso de convênios federais, dever-se-á respeitar a previsão aritmada no artigo 7º, XV da Portaria Interministerial 424/2016.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvado os motivos de força maiores devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

10.2. Advertência

a) A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

10.3. Multa

a) Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

b) Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 10.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

c) Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

d) A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

e) Abandono da obra, injustificada, será-lhe aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

f) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.



g) Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

h) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.4. Impedimento De Licitar E Contratar

a) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.5. Declaração De Inidoneidade Para Licitar E Contratar

a) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de vista, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

10.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

11.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:

- a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do contratado;
- b) Extinguí-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- c) Fiscalizar sua execução;
- d) Apostilar informações;
- e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- f) Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

11.1.f.1. Risco à prestação de serviços essenciais;

11.1.f.2. Necessidade de aceitar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

11.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

11.3. Na hipótese prevista 11.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.



12.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

12.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

12.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o tratamento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prover, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO

14.1. A Secretaria Municipal de Fazenda só poderá efetuar a liberação do pagamento, se a CONTRATADA estiver rigorosamente em dia com os tributos Federal, Estadual e Municipal.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados; mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do INCC, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Caso o INCC venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

15.7. Para o reajustamento de preço, poderá ser lavrado por meio de termo aditivo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do



cronograma físico-financeiro;

16.3. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

16.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

16.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

16.6. O contrato também poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Pianaí/PB, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

CATINGUEIRA-PB, ... de do 2024.

.....
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA-PB
SÉLIO FELIX DE ALENCAR
PREFEITO

.....
EMPRESA

Testeunhas:

